



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
UTFPR - CAMPUS CURITIBA (PR)
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



SILVIA SALLES LEITE LOMBARDI

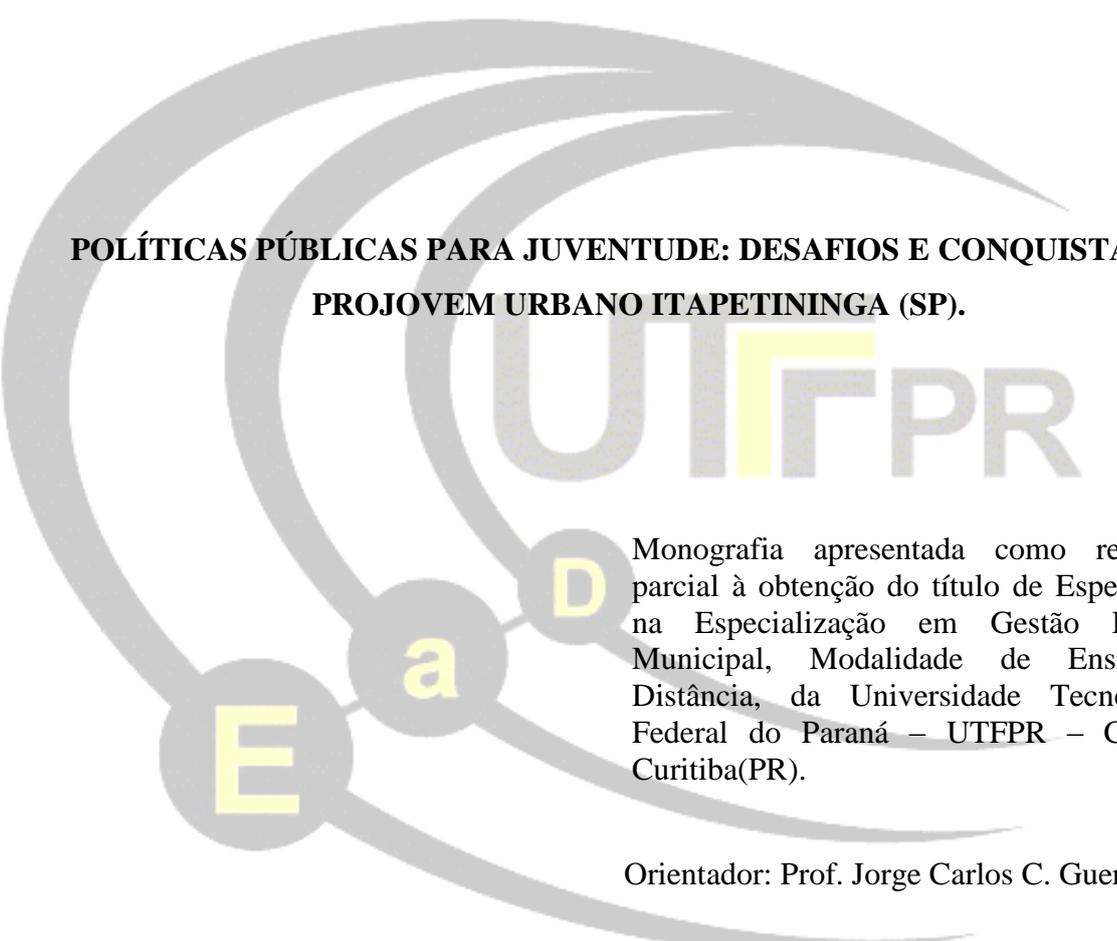
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: DESAFIOS E CONQUISTAS DO
PROJOVEM URBANO ITAPETININGA (SP).**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**CURITIBA (PR)
2013**

SILVIA SALLES LEITE LOMBARDI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: DESAFIOS E CONQUISTAS DO
PROJOVEM URBANO ITAPETININGA (SP).**



Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Curitiba(PR).

Orientador: Prof. Jorge Carlos C. Guerra, LD

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURITIBA (PR)
2013

*Aos jovens guerreiros que se agarram às oportunidades
e correm atrás de seus sonhos...*

AGRADECIMENTOS

A todos os que colaboraram para a realização deste estudo, os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador, Prof. LD Jorge Guerra por sua orientação objetiva, clara e competente, que me permitiu conduzir o trabalho com segurança e tranquilidade.

Ao assistente pedagógico do Projovem Urbano Itapetininga, Rodrigo Furtado, que tornou possível a realização da pesquisa. Sua colaboração foi fundamental e imprescindível para a análise aqui realizada.

Aos docentes que colaboraram, especialmente Sayonara Moraes, Thales Medeiros e Adilson Libâneo, com os quais convivi durante o tempo em que fui formadora do Programa.

À assistente administrativa do Programa, Gleice dos Santos.

Aos alunos do Projovem Itapetininga, especialmente à Aline, Francisco e Patrícia.

À minha família, pela colaboração e compreensão nos momentos de “clausura”.

Aos professores das disciplinas oferecidas pela UTFPR, que contribuíram para a formação dos conceitos indispensáveis à construção deste estudo.

Às tutoras presenciais, Solange Cristina Nunes da Costa e Danielly Aparecida Camargo Cardoso, pelo carinho e apoio durante todo o Curso.

À tutora à distância Alda do Perpetuo Monteiro Sampaio, pela atenção dispensada no período.

Aos colegas de turma, que me ofereceram novas amizades, e proporcionaram uma convivência agradável durante o curso.

À Dona Vera Lucia Abdala, ex-dirigente do Polo Itapetininga, pela atenção e apoio em todas as horas.

Ao Polo de Apoio Presencial de Itapetininga.

À UAB e ao Programa de Pós-graduação da UTFPR, responsável pela realização desta monografia.

*"Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo"*

Paulo Freire

RESUMO

LOMBARDI, SILVIA SALLES LEITE. **Políticas Públicas para a Juventude: desafios e conquistas do Projovem Urbano Itapetininga(SP) ...** f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Itapetininga-SP, 2013.

Este estudo trata das políticas públicas para a juventude, em especial o Projovem Urbano, sua implantação e desenvolvimento no município de Itapetininga (SP). Apresentam-se algumas considerações contextualizando o termo “juventude” nos dias atuais, sob o ponto de vista sociológico e as implicações dessa visão para a elaboração e implantação das políticas. Estudam-se os documentos oficiais que explicam as bases, a estrutura e os objetivos do Projovem Urbano. São entrevistados os jovens diretamente comprometidos com o Programa, para saber de que forma suas vidas foram afetadas por essa política. Também são colhidas as impressões dos profissionais envolvidos com o projeto, bem como os problemas e dificuldades enfrentadas. Um dos resultados é o encaminhamento para o trabalho, de parte dos jovens excluídos do município. Outro efeito foi o aumento da autoestima dos alunos que, a partir da participação no Programa puderam perceber que são capazes de estudar, mudar sua visão do mundo, ampliar seus horizontes, e, conseqüentemente, conseguir melhores colocações no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Juventude, Políticas Públicas, excluídos, Projovem Urbano.

ABSTRACT

LOMBARDI, SILVIA SALLES LEITE. **Public Policies for Youth: Challenges and achievements of *Projovem Urbano Itapetininga* (SP) ...** f. Monograph (Specialization in Public Management) - Distance Education - Federal Technological University of Paraná. Itapetininga-SP, 2013.

This study deals with public policies for youth, especially Projovem Urbano, its implementation and development in Itapetininga (SP). Some considerations contextualizing the term "youth" today are presented, under the sociological point of view and the implications of this view for the design and implementation of policies. The study focalize official documents that explain the bases, the structure and goals of the Projovem Urbano. Young people directly committed to the program are interviewed, to learn how their lives were affected by this policy. Also collected the impressions of the professional involved with Projovem in Itapetininga (SP) as well as the problems and difficulties faced. One result is the forwarding to work, on the part of young people excluded in the municipal district. Another effect was the increase in self-esteem, due to participation in the Program. Students could realize that they are able to study, change your view of the world, broaden your horizons, and hence achieve better positions in the labor market.

Keywords: Youth, Public Policy, excluded, *Projovem Urbano*

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Programa Nacional de Inclusão de Jovens –PROJOVEM.....	26
Quadro 2 - Iniciativas que visam à elevação de escolaridade e/ou formação para o trabalho.....	27
Quadro 3 - Iniciativas governamentais voltadas à educação básica.....	28
Quadro 4 - Iniciativas Governamentais para o Ensino Superior.....	29
Quadro 5 - Iniciativas que favorecem a prática esportiva.....	30
Quadro 6 - Iniciativa na área cultural.....	30
Quadro 7 - Iniciativa voltada para a defesa do meio ambiente.....	31
Quadro 8 - Outras iniciativas.....	32
Quadro 9 - Iniciativas voltadas ao Mercado de Trabalho.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos, % por sexo.....	51
Gráfico 2 – N° de filhos.....	51
Gráfico 3 – Escolaridade.....	52
Gráfico 4 – Motivos para o abandono dos estudos.....	53
Gráfico 5 – Idade.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Itapetininga segundo a etnia.....	44
Tabela 2 - Evolução da População Urbana e Rural, homens e mulheres.....	44
Tabela 3 - Taxa da população com serviços de infraestrutura urbana.....	45
Tabela 4 - Emprego formal em Itapetininga e no estado de São Paulo por setor de atividade no ano de 2011(em %).....	45
Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes Itapetininga – SP.....	47
Tabela 6 - População Jovem por faixa etária e sexo em Itapetininga.....	47

LISTA DE SIGLAS

AEI – Associação de Ensino Itapetininga
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
ETEC – Escola Técnica Estadual
FATEC – Faculdade de Tecnologia
FNDE – Fundo Nacional de Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IIES – Instituto Itapetiningano de Ensino Superior
FJP – Fundação João Pinheiro
FKB – Fundação Karnig Bazrian
MD – Ministério da Defesa
MDE – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MEOG – Manual do Educador: orientações gerais (Projovem Urbano)
MINC – Ministério da Cultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PLA – Plano de Ação Comunitária (Projovem Urbano)
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos
PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP – Projeto de Orientação Profissional (Projovem Urbano)
PPI – Projeto Político Integrado (Projovem Urbano)
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI - Programa Universidade para Todos
REUNI - Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação (Projovem Urbano)

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SPTER - Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	13
1.1Objetivos.....	14
1.1.1 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
1.2 Metodologia.....	14
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Juventude no Brasil: pobreza e trabalho.....	17
2.2 Políticas e Programas Sociais para jovens no Brasil.....	21
2.3 Programa PROJOVEM.....	35
2.3.1 Breve Histórico.....	37
2.3.2 PPI – Projeto Político Integrado.....	38
3.ESTUDO DE CASO.....	41
3.1 Metodologia do Caso.....	41
3.2 Perfil de Itapetininga.....	43
4.APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	48
4.1 Evasão.....	49
4.2 Perfil do aluno.....	50
4.3 Perfil do Professor.....	54
4.4 As escolas.....	56
4.5 O Programa.....	56
4.6 Sugestões para o Projovem analisado.....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES.....	70

1. INTRODUÇÃO

O século XXI apresenta-se um mundo em acelerado processo de globalização acompanhado de profunda desigualdade social. As transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho provocando mudanças significativas que exigem novas profissões e especializações e descartam muitas outras. O mercado precisa de mão de obra com formação e habilidades específicas. Essas necessidades que atingem a toda sociedade, têm uma implicação ainda maior sobre os jovens, que estão num momento da vida em que buscam afirmar sua autonomia e emancipar-se.

As políticas públicas também se transformam ao considerar as mudanças do mundo contemporâneo e as características da sociedade brasileira. Nos últimos quinze anos, já se pode falar em políticas de juventude, ou seja, políticas governamentais que demonstram preocupação com os jovens. No Brasil, jovens são aqueles que estão na faixa etária entre 15 e 29 anos (Política Nacional de Juventude, 2006, p.22).

A juventude é uma condição social que nos remete a características inerentes a todo jovem, em qualquer parte do mundo, mas nos remete também às inúmeras diferenças entre os jovens, diferenças de toda natureza, especialmente culturais e socioeconômicas, o que justifica o uso da palavra no plural – juventudes – uma vez que são múltiplas e diversas as maneiras de viver a realidade.

Nos últimos vinte anos, as noções de direitos humanos e direitos de cidadania se ampliaram. Nesse contexto, verifica-se que em termos políticos e sociais os jovens são sujeito de direitos coletivos. É imprescindível reconhecer e valorizar as diferenças e as identidades coletivas para afirmação desses direitos. É nessa perspectiva que se inserem a elaboração e implementação de políticas públicas para juventude (NOVAES, 2006, p.08), configurando-se a relevância e a atualidade deste estudo.

O interesse e a motivação pessoal para o tema das políticas públicas para juventude deu-se quando tive a oportunidade de conhecer uma delas mais intensamente. Foi em 2012, quando o município de Itapetininga aderiu ao Programa Federal, Projovem Urbano. Sou funcionária pública municipal há mais de vinte anos e participei da implantação do Projeto junto à Secretaria de Educação atuando também como formadora dos docentes.

Isso me conferiu algum conhecimento sobre o assunto, pois além de trabalhar no âmbito local, participei de várias formações oferecidas pelo Governo Federal (sob responsabilidade do MEC), convivendo com profissionais de outros municípios. Pude observar o desenvolvimento do Projovem Itapetininga (SP) e constatar que apesar de ser um Programa bem estruturado, com um projeto local consistente, oferece altos índices de evasão, problema que acontece em todos os municípios.

Interessei-me em estudar mais profundamente esta questão investigando por que as políticas públicas voltadas para Juventude socialmente excluída não conseguem atingir seu público-alvo de forma ampla.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Estudar o desenvolvimento do Programa Projovem em Itapetininga (SP).

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar quais as condições e as bases de funcionamento do Projovem Urbano em Itapetininga, desde a sua implantação em 2012;
- Levantar as Políticas Públicas atuais para a juventude a nível federal;
- Descrever o Programa Projovem;
- Estudar os conceitos em que se fundamentam as Políticas Públicas para juventude.
- Conhecer a realidade dos jovens que participam do Programa no município;
- Sugerir melhorias no Projovem em Itapetininga (SP).

1.2 Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter descritivo, baseada no método Dialético. Fundamenta-se na análise da literatura disponível sobre o tema em questão, verificando os conceitos sociológicos, históricos e características de Juventude excluída. Analisa também documentos oficiais (Internet), ou seja, as leis, normas e resoluções para implantação de políticas públicas para Juventude no país, em especial do Projovem Urbano, considerando seus princípios e estrutura.

A coleta de dados por parte dos coordenadores locais do projeto foi feita por meio

de entrevista semiestruturada. De acordo com Severino (2007, p. 124), essa técnica proporciona maior interação entre pesquisador e pesquisado, visando apreender o que os sujeitos “pensam, sabem, representam e argumentam”, de forma mais direta.

Para dar voz aos jovens a quem se destinam as políticas públicas utilizamos o questionário, com base no método *Survey* (BABBIE, 1999, p.113). É amplamente empregado para estudar uma pequena parcela de uma determinada população e fazer estimativas sobre a natureza da população total de que o segmento faz parte. A amostra não é probabilística, pois existe um critério prévio de seleção (no nosso caso, alunos do Projovem Urbano em Itapetininga 2013 e alunos egressos).

O objetivo foi conhecer o estilo de vida, objetivos, anseios e dificuldades dos jovens que frequentam o Programa. Um outro questionário foi aplicado aos docentes, para conhecer sua visão sobre a questão, com base nos mesmos critérios. É importante ressaltar que, de acordo com o método *survey*, a participação deve ser espontânea e garante-se o anonimato.

A análise dos dados deu-se a partir da tabulação dos questionários e informações coletadas por meio da pesquisa bibliográfica e entrevista, procurando relacionar os dados obtidos e responder à questão inicial.

Este trabalho compõe-se de cinco capítulos. No primeiro deles, a Introdução, apresenta-se o tema e seus desdobramentos, contextualizando-o na perspectiva desta pesquisa. Para isso, levanta-se a questão que conduz o estudo, a partir da qual foram estabelecidos os objetivos. Descreve-se a metodologia que possibilitou tratar o assunto de forma dialógica, buscando responder às indagações que desencadearam a monografia. Faz-se também um breve relato explicitando a relevância do tema e as razões pessoais que o motivaram.

O Capítulo 2 apresenta a definição do termo “Juventude”, do ponto de vista sociológico, relevante para definição das políticas públicas para a juventude e traça um panorama dessas políticas a nível Federal no País, apresentando o Programa Projovem Urbano. Portanto, o referencial teórico em que se fundamenta o estudo também está explícito neste momento.

Nos Capítulos 3 e 4 dá-se do estudo de caso e a análise dos resultados, ou seja, a caracterização do Projovem Urbano em Itapetininga. Um breve perfil do município é acompanhado da descrição de como se deu a implantação, o desenvolvimento, as dificuldades e as conquistas do Programa. As técnicas utilizadas para a coleta dos dados

foram a entrevista semi-estruturada com os executores locais do Projeto e o questionário, para alunos e professores, com objetivo de estabelecer o perfil do público-alvo local e conhecer sua realidade e dificuldades. A análise dos dados permitiu tecer algumas sugestões para o Projovem local.

No Capítulo 5, as Considerações Finais, são evidenciados os resultados da pesquisa e feitas e sugestões para novos trabalhos que busquem aprofundar o tema estudado.

Os apêndices trazem os roteiros das entrevistas e o enunciado dos questionários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos dez anos, o Brasil tem dedicado especial atenção às políticas públicas voltadas para a juventude. Antes desse período, as ações governamentais específicas para essa faixa etária eram praticamente inexistentes.

A sanção da Lei nº 12.852 em agosto deste ano mostra que o País vive um momento favorável ao reconhecimento e valorização da diversidade dos jovens, da importância de seu protagonismo na definição de ações que lhe dizem respeito, do reconhecimento do jovem como “sujeito de direitos” coletivos.

Assim, discutir políticas públicas para juventudes é construído da democracia e responsabilidade social com a sustentabilidade da civilização, ou com gerações que no presente se fazem gerações futuras, reconhecendo-se que na infância, na adolescência e na juventude se anunciam as gerações seguintes (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002, p.11).

No que diz respeito às políticas públicas, usou-se como referencial deste estudo os documentos oficiais publicados nos últimos dez anos (a partir de 2003), que apresentam um relato histórico da situação no País, as necessidades identificadas nos estudos realizados, as medidas que já foram adotadas e sugestões para novas ações governamentais.

O conceito de Juventude aqui apresentado segue a mesma linha adotada nesses documentos, tendo-se consultado alguns dos autores neles referenciados, para o entendimento das bases sociológicas, uma vez que foi essa concepção que norteou a formulação nacional das políticas.

2.1 Juventude no Brasil: pobreza e trabalho.

A população jovem no Brasil, oficialmente considerada na faixa etária de 15 a 29 anos, atingiu um ápice numérico em relação às outras faixas etárias, mais de 50 milhões de pessoas (IBGE, 2007), o que corresponde a um quarto da população total. Desses, 80% encontra-se nas regiões urbanas.

Essa “onda jovem” representa um contingente expressivo, que em grande parte não desfruta dos serviços públicos básicos como educação, saúde, moradia, transporte público e lazer, necessários ao pleno exercício da cidadania.

Diante desse quadro, o Estado, principalmente a partir de 2003 volta seu olhar a esse público e busca atender a essas demandas por meio das políticas públicas, numa tentativa de diminuir o abismo que separa essa população historicamente excluída do restante da população.

Para formulação dessas políticas, estabeleceu-se um “horizonte conceitual”, que pudesse dar conta de caracterizar os jovens, compreender suas necessidades e atender suas demandas.

Quando se fala em Juventude, vem à mente uma série de imagens socialmente construídas. Essas imagens são muitas vezes antagônicas. Ao mesmo tempo em que se associa ao jovem a ideia de liberdade, de experimentação, de prazer, das coisas boas da vida, associa-se também à violência, ao crime, às drogas, enfim, aos problemas.

Na tentativa de questionar essas imagens e estudar como os jovens reais se constroem como sujeitos, a Sociologia da Juventude estabelece seus pressupostos a partir de dois campos semânticos principais: o primeiro que considera a juventude em seu aspecto de *unidade*, ou seja, considera-se jovem todo o indivíduo que vive uma determinada fase da vida, faz parte de uma mesma geração.

O outro, aquele que considera o jovem no aspecto da *diversidade*, pois são inúmeras as formas de se viver a juventude, em função das diferenças de origem, classe social, perspectivas, interesses, aspirações (PAIS, 1990).

Daí decorrem as principais correntes do pensamento sociológico. A corrente *geracional* acredita na existência da *cultura juvenil*, em oposição às outras gerações. Já a corrente *classista*, vê na origem social dos jovens o fator determinante para a criação de espaços culturais e também para segregação do mercado de trabalho, aqueles que estão profissionalmente inseridos e os excluídos. Por essa teoria, os estudos da juventude devem se basear nos contextos cotidianos, para que se possa compreender como acontecem as interações, ações e o pensamento juvenil.

Mais recentemente, abordagens *culturalistas* tendem a considerar a juventude em sua dimensão simbólica, na qual o que conta é o aspecto significativo, estético, desvinculado das condições sócio-históricas (DAYRELL, 2010).

Os documentos oficiais levam em consideração essas abordagens para a análise do público alvo das políticas, buscando em cada uma delas aquilo que se enquadra à realidade brasileira, numa tentativa de desmistificar a imagem juvenil. Consideram a juventude como uma fase que tem importância em si mesma, não apenas como

momento de preparação e passagem para a fase adulta. Tem questões específicas que traduzem sua identidade geracional, diferente de outras faixas etárias.

O meio social influencia e condiciona os modos de vida, o que justifica falar em juventudes no plural, enfatizando a diversidade. Evidencia-se essa visão no texto base da 1ª Conferência: “[...] quando olhamos para a juventude, vemos um mosaico. Os jovens brasileiros são de diversas raças e classes sociais. Pensam e agem de maneiras variadas. E estão por todo o país: na cidade, no campo, nas florestas, nas beiras dos rios, nas aldeias e nos quilombos. É preciso considerar essa rica diversidade” (BRASIL, 2008, p.8).

As etapas biológicas da vida - infância, juventude, maturidade, velhice – obedecem a critérios culturalmente estabelecidos, e têm a capacidade de refletir a sociedade. A juventude é considerada especialmente adequada para expressar os desafios da contemporaneidade.

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita (NOVAES, 2006, p. 2).

Essas vulnerabilidades de que fala a autora são instituídas pela desigualdade social, e ampliadas por discriminações e preconceitos. A desigualdade é fruto da origem social e níveis de renda, diferenças entre as regiões do país, entre o campo e a cidade, além de recortes étnicos, raciais e de gênero.

Já o preconceito e a discriminação são provocados por deficiências físicas ou mentais, diversidade de orientação sexual, pertencimento religioso ou político e ainda participação em gangues, galeras ou torcidas organizadas.

Muitos jovens sofrem o “preconceito por endereço”, por residirem nas periferias dos grandes centros, sem infraestrutura adequada, consideradas perigosas pela presença do narcotráfico e, conseqüentemente, da violência policial. Especialmente os homens jovens negros, são considerados suspeitos em potencial.

Os altos índices de violência urbana apontam a juventude como sua principal protagonista, como vítima ou como agressora (I Conferência, 2007, p.4). As mortes por

causas externas, principalmente homicídio, representam 77% do total, entre os jovens (IBGE, 2009).

Os índices referentes à educação, embora apresentem melhora nos últimos anos devido a políticas na área, ainda estão longe de atender as necessidades da faixa etária estudada. Os dados divulgados este ano pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), responsável pelo cálculo do IDH (Índice de desenvolvimento humano)¹, revelam que, embora as melhoras na área sejam significativas, há muito o que fazer.

Em 2010 o percentual de crianças que frequentavam a escola, entre 5 e 6 anos já atingia 90% e entre 11 e 13 anos, 84%. Verifica-se que, à medida que se avança nos ciclos seguintes da educação, ocorre uma diminuição significativa na porcentagem. Considerando a população entre 15 a 17 anos, apenas 57% tem o fundamental completo e 41% dos jovens de 18 a 20 concluem o ensino médio (os dados do PNUD baseiam-se no Censo do IBGE/ 2010). Apenas 12% deles chegam à Universidade (IBGE, 2009).

No Brasil, uma pequena parcela dos jovens consegue apenas estudar e se preparar para o mercado de trabalho. Essa “moratória social” que é comum em muitos países, não é possível nas famílias pobres brasileiras, onde trabalhar é uma questão de sobrevivência.

De acordo com dados da PNAD/2006 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), 66,5% dos jovens está envolvido com o mundo do trabalho, sendo que 15,4% trabalham e estudam, e o restante já abandonou a escola. Muitas vezes, esse trabalho é apenas “um bico”, predominando uma situação de instabilidade, e por vezes precariedade. Metade dos desempregados no país é jovem (IBGE, 2007).

A baixa escolaridade, que não permite que o jovem se qualifique para enfrentar um mercado produtivo cada vez mais exigente, condena o indivíduo a perpetuar essa condição de carência. Sem formação adequada, a remuneração é baixa e as condições de vida insuficientes. A falta de perspectiva e a sensação de frustração e fracasso muitas vezes empurra o jovem para o crime, visto por ele como única maneira de conseguir remuneração para sair dessa situação.

Toda essa diversidade de situações reforça a ideia de que são muitas as maneiras de se viver a juventude. Também são muitas as dimensões dessa vivência, que combinam processos de formação, mundo do trabalho, definição de identidades,

¹ O IDH - índice de desenvolvimento humano, considera para o cálculo: a longevidade, educação e renda da população)

vivência da sexualidade e da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação social (Política Nacional de Juventude, 2006, p.20).

A cultura ocupa lugar de destaque na juventude contemporânea. Conforme Dayrell (2010) e Novaes, (2007), embora as *culturas juvenis* do passado já tenham se expressado por meio dos símbolos que os posicionava como parte de determinados grupos, como os *hippies*, nos anos 60, os *punks* nos anos 80, e tantos outros, nota-se que atualmente há uma ampliação do interesse por práticas coletivas e de socialização, cujos significados compartilhados - linguagem, maneira de vestir e se comportar, estilo musical – devem ser entendidos dentro do contexto em que cada um vive.

As transformações trazidas pela globalização, as novas tecnologias de informação e comunicação (nTICs), mudam o modo de vida e os padrões culturais da sociedade. A inclusão digital é necessária e oferece novas possibilidades de integração entre as possibilidades de formação, inserção no mercado de trabalho e aquisição de conhecimento. O uso da internet, a participação nas redes sociais, a propaganda, a mídia televisiva, faz com que jovens de diferentes locais partilhem um mesmo universo de referência.

Considerando tudo o que foi exposto, verifica-se que as políticas públicas para juventude têm o desafio de contemplar as várias dimensões da vivência juvenil. Os documentos oficiais enfatizam a necessidade de que as ações governamentais se estabeleçam sob a ótica do “desenvolvimento integral” do jovem, e não apenas no aspecto educacional e formativo.

Os documentos mostram que os problemas são conhecidos e urge resolvê-los. Os desafios são inúmeros, as dificuldades surgem em muitos dos aspectos analisados, mas, o país precisa promover a inclusão social dessa juventude, para que ela possa participar da construção da nação, consciente de sua importância para consolidação da democracia: “Os jovens podem exercer uma influência positiva e determinante tanto sobre seus pais quanto sobre seus filhos. Nessa privilegiada posição intergeracional, a juventude é um elo entre o Brasil que temos e aquele que devemos construir” (BRASIL, I Conferência, Documento base, 2008, p.7).

2.2 Políticas e Programas Sociais para jovens no Brasil

O ano de 1985 foi eleito pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o “no Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. Vários países da

América Latina passam a se preocupar com o tema formatando políticas para os jovens. No Brasil, as discussões só se intensificam dez anos depois, quando as organizações se movimentam em busca de programas direcionados para a juventude.

Em 2002 e 2003 algumas universidades, apoiadas por ONGs e também pela UNESCO, dedicam-se ao debate sobre o tema, lançando publicações e pesquisas, que se constituíram em referências para as políticas públicas da juventude.

Em 2004, após vários encontros estaduais, realizou-se a *Conferência Nacional de Juventude*, promovida pela Câmara dos Deputados. O resultado do evento foi a Emenda Constitucional 65, que afirma a juventude como público prioritário para políticas, a elaboração do Plano Nacional da Juventude, que estabelece metas para os próximos 10 anos, além do Estatuto da Juventude, que reafirma os direitos dos jovens (BRASIL, 2011).

O período compreendido entre os anos de 2003 a 2010 configurou-se como fértil em estudos e ações para o desenvolvimento das Políticas Públicas para Juventude. Às iniciativas governamentais somaram-se esforços de organizações de juventude nacionais e internacionais. Foram realizadas pesquisas sobre a questão juvenil, contando com a colaboração de especialistas, que organizaram um banco de dados, base para a elaboração das políticas.

Em 2005, são efetivadas as primeiras ações de uma Política Nacional de Juventude, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. A SNJ é responsável pela integração das ações para os jovens, constituindo-se como intermediário entre o governo e a sociedade civil e também responsável pelo trabalho conjunto com outros Ministérios e Secretarias.

O Conjuve é um órgão consultivo e tem a tarefa de estabelecer diretrizes sobre a política nacional, baseadas em um diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo. É composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são indicados pelo poder público e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil. Foi responsável pela elaboração da *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas* (2006), *1ª Conferência Nacional de Juventude* (2008), *2ª Conferência Nacional de Juventude* (2011) e a realização do *Pacto Pela Juventude* durante o processo eleitoral, desempenhando importante papel na direção do reconhecimento dos direitos das juventudes e na criação de oportunidades para essa população (BRASIL, 2011).

O Brasil não tem tradição de políticas exclusivamente para a população jovem. Apenas nos últimos anos as demandas da juventude passaram a fazer parte das agendas das políticas públicas, com várias iniciativas direcionadas exclusivamente a essa geração.

O Estado é responsável pela promoção e garantia dos direitos dos cidadãos e deve combinar o desenvolvimento com a garantia dos princípios democráticos da liberdade e igualdade. As lutas do povo pela “consagração, efetivação e ampliação” dos direitos caracterizam a cultura política moderna. Dessa forma, os direitos foram consolidados ao longo do tempo.

A primeira geração foi a que consagrou os direitos civis e políticos; a segunda, os direitos sociais², e, a terceira geração de direitos, os *direitos difusos*³, que, favorecem os grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, crianças, adolescentes, jovens e idosos, e não mais indivíduos, como as duas categorias de direitos que o antecederam. Os direitos difusos visam assegurar que esses grupos sociais possam existir e se desenvolver integralmente, sem discriminação.

A consagração dos direitos difusos provoca mudança de orientação política. “Se os tempos modernos se caracterizaram pela busca da igualdade por meio da consagração de direitos individuais, no mundo contemporâneo a matriz política é definida pelo reconhecimento e valorização da diferença e das identidades coletivas” (Política Nacional de Juventude, 2008, p.6).

Enfim, considerando os jovens como “sujeitos de direito”, evita-se generalizações frágeis que produzem o entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática (seja como principal vítima dos problemas socioeconômicos do país, seja como expressão maior do individualismo consumista do mundo atual). Evita-se também sua idealização como a única protagonista da mudança, em uma nova interpretação heroica de seu papel mítico. Como “sujeito de direitos”, universais e específicos, a juventude não só refletirá a sociedade, mas está desafiada a reinventá-la. Compreender estas especificidades é essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude (NOVAES, 2006, p.9).

Em 5 de agosto deste ano foi promulgada a Lei n. 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), que dispõe sobre o direito dos jovens e estabelece, no artigo 2º que as políticas públicas devem ser regidas pelos seguintes princípios:

² O Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 considera direitos sociais os direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, cultura, segurança, proteção à maternidade e assistência aos desamparados.

³ Os direitos foram denominados "difusos" por serem atribuídos a grupos sociais e não a indivíduos.

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

O jovem deve ser considerado em seu aspecto integral. No documento *Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas*, o tema foi dividido, para efeito de análise em: Desenvolvimento Integral (educação, trabalho, cultura e tecnologias da informação e comunicação); Qualidade de Vida (saúde, meio ambiente e esporte e lazer) e Direitos Humanos e Vida Segura (universalidade dos direitos humanos e à valorização da diversidade).

A abordagem considerando-se o desenvolvimento integral do jovem pressupõe a compreensão de que muitas são as dimensões significativas na vida de cada um, para a formação e construção de identidades e trajetórias.

De acordo com o documento: *Reflexões sobre a política nacional de juventude, Conjuve, 2003 a 2010*, (publicação que faz uma análise da trajetória das políticas no período considerado), foram descritas 53 programas nas áreas de educação básica, educação superior, trabalho, cultura, esporte, qualidade de vida, segurança, direitos humanos e saúde. Todas essas ações governamentais dizem respeito à juventude, embora nem todas sejam específicas para a faixa etária, envolvendo também outros públicos.

Para o estudo das políticas públicas para juventude no âmbito federal, cabe distinguí-las em: *políticas estruturais*, que seriam as políticas continuadas e relacionadas à garantia de direitos fundamentais; os *programas governamentais*, subordinados ou não às políticas estruturais, com prazo de existência definido e atuação sobre uma realidade social específica, e as *ações* que se destinam a um público

determinado, têm um curto prazo e podem ou não articular-se às políticas e aos programas.

Duas noções fundamentais: oportunidades e direitos, representam o “eixo articulador” da atual política pública de juventude. Dessa forma, as “ações e programas visam oferecer oportunidades e garantir os direitos aos jovens brasileiros. Considera-se necessária a oferta de meios para aquisição de capacidades (acesso à educação e à qualificação profissional) e para sua utilização (acesso ao trabalho decente e ao crédito)”, além da garantia de direitos, que atendam às “diferentes necessidades dos jovens de ambos os sexos” (COSTANZI, 2009, p. 72).

Um estudo sobre as políticas para a juventude no Brasil entre os anos de 1995 e 2002, realizado por Sposito e Carrano (2003), lembra que as ações governamentais podem ser regidas por orientações muito variadas, que coexistem:

Mesmo no interior do aparelho de Estado as políticas de juventude comportam diversidade de orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas, etc. Podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidos a partir do que no Brasil tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada ou, apenas, como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.7).

Essas diferenças de orientação podem ser observadas na análise dos quadros aqui apresentados.

Cabe lembrar que a faixa etária adotada no Brasil, segue um padrão internacional de definição de juventude, baseado em três grandes grupos: os adolescentes jovens (de 15 a 17 anos), os jovens-jovens (de 18 a 24 anos) e os jovens-adultos (de 25 a 29 anos). Adotou-se essa modificação para efeito de políticas públicas como forma de proporcionar oportunidades para um número maior de cidadãos.

Nos quadros que se seguem, apresentam-se alguns desses programas, com objetivo de traçar um panorama geral das políticas na atualidade, e entender como se pretende favorecer os diversos aspectos da vivência juvenil.

A ampliação da faixa etária aumenta a heterogeneidade do contingente populacional atendido, ampliando também os desafios considerados na concepção e implementação das políticas, pois as necessidades de jovens de 16 anos são bastante distintas daquelas enfrentadas pelos jovens de 24 ou 29 anos.

Foram consideradas diversas as políticas e ações. Algumas delas elevam a escolaridade e a qualificação dos jovens. Outras, favorecem direta ou indiretamente a

sua inclusão no mercado de trabalho, contribuindo para a obtenção de um trabalho decente para a juventude.

Como salienta Costanzi (2009, p.115), no estudo realizado pela OIT, “as características dos jovens excluídos do trabalho decente não eram apenas o seu baixo grau de escolaridade, mas também um círculo de relações sociais muito restrito, o que ampliava ainda mais o quadro de exclusão em que viviam, recomendando-se ampliar a adoção do trabalho comunitário para os jovens”.

Dessa forma, foram citadas também ações que favorecem a participação juvenil em atividades esportivas, culturais, ligadas ao meio ambiente, entre outras.

O quadro 1 mostra a descrição e objetivos das diferentes modalidades do Programa Projovem.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM				
Modalidades	Projovem Urbano	Projovem Adolescente	Projovem Trabalhador	Projovem Campo
Descrição	Formação integral com reinserção escolar e profissional. Integração entre: - formação básica (conclusão do ensino fundamental); - qualificação profissional, (certificação de formação inicial), e - participação cidadã, (experiências de atuação social na comunidade)	Reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Obrigatoriedade da frequência escolar com atividades socioeducativas, que incluem formação geral para o mundo do trabalho, oficinas de arte, cultura, esporte, lazer e projeto de participação cidadã.	Preparação para o mercado de trabalho. Ocupações em atividades produtivas geradoras de renda. Qualificação social e profissional e inserção no mundo do trabalho. É composto pelas submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Escola de Fábrica.	Qualificação profissional inicial em produção rural e a escolarização, respeitando as características e as necessidades culturais, territoriais e produtivas dos povos do campo.
Público-alvo	Jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, mas que não concluíram o ensino fundamental.	Jovens de 15 a 17 anos.	Jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego, de famílias com renda per capita mensal de até um salário mínimo, em curso ou já concluído o ensino fundamental ou o ensino médio	Jovens de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental
Órgão Responsável	SNJ, em parceria com MEC, MTE e MDS	MDS	MTE	MEC
Objetivo Geral	Promover a reintegração do jovem ao processo educacional, visando elevação da sua escolaridade, sua qualificação profissional, sua participação em ações comunitárias e seu desenvolvimento humano.			

Quadro 1: Programa Nacional de Inclusão de Jovens -PROJOVEM

Fonte: Adaptação a partir de *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude...*(BRASIL, 2011) e *Trabalho decente e juventude no Brasil*, Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

O Programa Projovem Urbano é estudado de forma mais detalhada neste trabalho, uma vez que apresenta diversas características que o tornam especialmente adequado para o estudo das políticas públicas para a juventude.

Considera os temas juvenis dentro do novo paradigma em que estão inseridas as questões, considerando as potencialidades e vulnerabilidades dos jovens. Respeita e valoriza a diversidade do público a que se destina, de forma a reconhecer sua autonomia, suas formas de agir, pensar e viver, considerando o momento presente.

Suas ações conjugam várias dimensões da vida do jovem, ou seja, aspectos formativos, do mundo do trabalho e de cidadania. Além disso, trata-se de um programa que tem um sistema de avaliação bem estruturado, que permite julgar sua eficácia, o que nem sempre acontece com outras ações.

Algumas iniciativas que visam à elevação de escolaridade e/ou formação para o trabalho estão descritas no Quadro 2. Observa-se que o Programa Brasil Alfabetizado está em todo território nacional e dá prioridade às cidades cuja taxa de analfabetismo é igual ou superior a 25%. Totalizam 1928 municípios, dos quais 90% estão na região Nordeste.

	Programa PROEJA (desde 2005)	Programa Brasil Alfabetizado (desde 2003)	Projeto Soldado Cidadão
Descrição	Pretende ampliar o número de vagas em cursos de educação profissional. O programa tem como princípio educativo o trabalho, a partir da proposta de integração da educação profissional à educação básica, visando à superação da dualidade trabalho manual e intelectual.	Formação de alfabetizadores, merenda, materiais escolares, didáticos pedagógicos, e de apoio ao professor e livros literários. Também realiza apoio técnico na implantação das ações do programa em municípios e estados. Abrange todo o território nacional	Visa oferecer formação complementar que permitam aos jovens incorporados às Forças Armadas, ingressar no mercado de trabalho após deixarem o serviço militar. Os cursos garantem qualificação profissional e social, e é desenvolvido em todo o território nacional mediante convênios e contratos firmados pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica com diversas entidades parceiras.
Público-alvo	Jovens e adultos, com mínimo de 21 anos, que não tiveram acesso à escola, ou foram excluídos ou que estão em defasagem idade/série	Jovens, adultos e idosos	Jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas
Órgão Responsável	MEC /SETEC	MEC	Ministério da Defesa
Objetivo Geral	Ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não cursaram o ensino médio na idade regular	Conceder bolsas e repasse de recursos financeiros para formação de alfabetizadores, para erradicar o analfabetismo	Oferecer qualificação profissional, que permita aos jovens ingressar no mercado de trabalho após deixarem o serviço militar

Quadro 2: Iniciativas que visam à elevação de escolaridade e/ou formação para o trabalho

Fonte: Adaptado a partir de *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, Conjuve, 2003 a 2010* (BRASIL, 2011) e *Trabalho decente e juventude no Brasil*, Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja (quadro 2) abrange cursos que proporcionam, de forma integrada, formação profissional e aumento da escolaridade para jovens e adultos. Criado em 2005 com cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores de nível médio, ampliou em 2007 sua abrangência para o ensino fundamental.

As oportunidades oferecidas e os certificados de conclusão são de responsabilidade das instituições que oferecem o curso, sendo que “a orientação é para que as áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos sejam, preferencialmente, as que guardem maior sintonia com as demandas local e regional” (COSTANZI, 2009, p.99).

O projeto Soldado Cidadão é desenvolvido em todo o território nacional e apresenta uma média de 20 mil jovens beneficiados por ano (BRASIL, Guia, 2010).

Quanto às iniciativas governamentais para a educação básica descritas no quadro 3, vale destacar o Programa Escola Aberta que vem, desde 2004, estreitando as relações entre a escola e a comunidade. Oferece espaço para atividades esportivas, culturais e de lazer, em localidades urbanas onde não existem outras opções para o tempo livre da população, nos finais de semana.

	Programa Escola Aberta (desde 2004)	Programa PNLEM (desde 2004)	Programa PNLA (desde 2007)	Programa Mais Educação
Descrição	O programa proporciona espaços alternativos nas escolas, aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades educacionais, esportivas, culturais, de lazer, geração de renda, informática e formação para a cidadania	Distribuição de livros didáticos do ensino médio em escolas públicas. São livros e outros materiais de apoio, como atlas, CDs, livros em braile, mapas e periódicos	Distribuição de livros de português e matemática para alunos da alfabetização de jovens e adultos das entidades parceiras do programa	Fomentar a prática de atividades complementares para a promoção da educação integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade
Público-alvo	Alunos da Educação Básica da rede pública e suas comunidades, localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social.	Alunos do ensino médio da rede pública	Jovens e adultos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso ou permanência na educação básica	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade
Órgão Responsável	MEC/SECAD em parceria com UNESCO, MINC, MTE, Ministério do Esporte	MEC	MEC	MEC
Objetivo Geral	Tem o objetivo de ampliar as relações entre escola e comunidade e o acesso às oportunidades de formação para a cidadania.		Visa à alfabetização e escolarização de pessoas com idade a partir de 15 anos.	Tem o objetivo de promover complementação à educação básica.

Quadro 3: Iniciativas governamentais voltadas à educação básica

Fonte: Adaptação a partir de *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude...* (BRASIL, 2011).

Os Programas “Escola Aberta” e “Mais Educação”, descritos no quadro 3 se enquadram na observação dos autores:

[...] É possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente para os moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.8).

O quadro 4 mostra dois programas que fazem parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), juntamente com o Programa Universidade para Todos, a Universidade Aberta (UAB) e a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio dessas iniciativas o número de vagas na educação superior ampliaram-se consideravelmente (COSTANZI, 2009, p.)

	PROUNI (desde 2007)	Programa REUNI (desde 2004)
Descrição	O Programa concede bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior. Em contrapartida, as instituições que aderirem recebem isenção de alguns tributos.	As ações do Programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação de vagas nos cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, para diminuir as desigualdades sociais no país.
Público-alvo	Jovens com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e professores da rede pública.	Jovens de baixa renda
Órgão Responsável	Ministério da Educação	Ministério da Educação
Objetivo Geral	Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior.	Democratizar o acesso, permanência e conclusão dos cursos com sucesso pelos alunos, dando condições para que as instituições federais de ensino superior possam efetivar a ação.

Quadro 4: Iniciativas Governamentais para o Ensino Superior

Fonte: Adaptado a partir de *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003 a 2010* (BRASIL, 2011) e Guia de Políticas Públicas de Juventude (BRASIL, 2010).

Ressalte-se também a instalação de escolas técnicas. Até 2003 eram 140 unidades de educação profissional e tecnológica, estando previstas a instalação de 214 unidades até 2010 (BRASIL, Guia, 2010).

Ambos os programas descritos a seguir no quadro 5 visam estimular a prática esportiva, favorecendo a inclusão social e a possível inserção no mundo do trabalho por meio do esporte. O Programa Segundo Tempo está presente em 1300 municípios. Essas atividades inserem-se no âmbito dos problemas sociais a serem combatidos, e servem também para ocupar o tempo ocioso dos beneficiários (COSTANZI, 2009, p.105).

	Programa Bolsa Atleta	Programa Segundo Tempo
Descrição	O programa oferece apoio financeiro a atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio, dando-lhes condições para que se dediquem ao treinamento e participem de competições que lhes permitam desenvolver plenamente a carreira esportiva. Com duração de um ano, prorrogável por igual período, o Programa possui as categorias: estudantes, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica.	O Programa oferece, no contraturno escolar, prática esportiva, reforço escolar, supervisão pedagógica e alimentação para estudantes da rede pública expostos a risco social. A iniciativa é desenvolvida por meio de convênio com entidades públicas (federais, estaduais, distrital ou municipais) e privadas sem fins lucrativos que tenham, mais de três anos de atuação na área de abrangência do Projeto apresentado. As propostas passam necessariamente por um processo de seleção e classificação.
Público-alvo	Atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio.	Crianças, adolescentes e jovens expostos ao risco social.
Órgão Responsável	Ministério do Esporte	Ministério do Esporte
Objetivo Geral	Dar oportunidade aos atletas, incluindo ajuda financeira, para o desenvolvimento de sua carreira esportiva.	Democratizar o acesso ao esporte e utilizá-lo como instrumento de inclusão social.

Quadro 5 : Iniciativas que favorecem a prática esportiva

Fonte: Adaptação a partir de *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude...* (BRASIL, 2011) e *Trabalho decente e juventude no Brasil*, Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

O quadro 6 descreve o Programa “Cultura Viva”, voltado para a área cultural.

Programa Cultura Viva	
Descrição	O programa viabiliza os recursos para instalação dos Pontos de Cultura apoiando a aquisição de material multimídia e a realização das iniciativas culturais,
Público-alvo	População de baixa renda, em especial jovens de 15 a 29 anos
Órgão Responsável	Secretaria de Cidadania Cultural
Objetivo Geral	O objetivo é fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e escolas priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.
Estratégia	A formação do “agente cultura viva”: formar os jovens para que atuem como multiplicadores nos Pontos de Cultura estimulando ações que promovam a geração de emprego e renda na própria comunidade. Cada Ponto de Cultura conta com o apoio de quatro agentes que recebem o auxílio financeiro de R\$ 380,00 durante 12 meses.

Quadro 6: Iniciativa na área cultural

Fonte: Adaptação a partir do *Guia de Políticas Públicas de Juventude* (BRASIL, 2010) e *Trabalho decente e juventude no Brasil*, Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

O governo reconhece a necessidade de descentralizar os equipamentos culturais, geralmente localizados longe das periferias, dificultando o acesso dessa população a esses bens (quadro 6 - Programa Cultura Viva). Atualmente, há 695 Pontos de Cultura por todo o País, atendendo o direito do jovem à cultura, além de impactar positivamente a inclusão dos jovens no mundo do trabalho (COSTANZI, 2009, p. 106).

O Programa Juventude e Meio Ambiente, relatado no quadro 7, apresenta-se como estratégia para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da formação de lideranças e da conscientização ambiental da juventude.

Pode-se dizer que à situação de incerteza em que estão expostos os jovens no mundo de hoje, ligados ao mercado de trabalho, à segurança pessoal, ao cotidiano nas cidades, somam-se os impactos associados à degradação ambiental. “Faz-se necessário buscar um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras suprirem suas próprias demandas” (COSTANZI, 2009, p. 107).

Programa Juventude e Meio Ambiente	
Descrição	Criado em 2005, o Programa é desenvolvido em escolas da rede pública, não necessariamente no período das aulas, e o público juvenil é agrupado por faixa etária, recebendo formação adequada para cada idade.
Público-alvo	Alunos da rede pública de ensino
Órgão Responsável	Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, com a parceria da Secretaria Nacional de Juventude.
Objetivo Geral	O programa tem por objetivo formar lideranças juvenis para atuar em atividades voltadas para o meio ambiente
Estratégia	Foram criados, em todos os estados brasileiros, os Conselhos Jovens de Meio Ambiente, compostos por lideranças de diversos movimentos e organizações. Já os governos estaduais e municipais assumem a tarefa de estimular a participação da juventude local.

Quadro 7: Iniciativa voltada para a defesa do meio ambiente

Fonte: Adaptação a partir do *Guia de Políticas Públicas de Juventude* (BRASIL, 2010).

O quadro 8 apresenta o Projetos Rondon criado em 1967 e relançado em 2005, como resultado de uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação, além da colaboração de outros ministérios, dos governos estaduais, das prefeituras municipais e da Associação Nacional dos Rondonistas. O apoio logístico e de segurança é oferecido pelas Forças Armadas.

O Projeto Rondon consiste em promover o desenvolvimento do trabalho social pelos jovens universitários, nas suas áreas de estudo, durante as férias escolares. Os participantes do programa desenvolvem atividades nas áreas de comunicação, cultura,

direitos humanos e justiça; educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho (COSTANZI, 2009, p. 108).

	Projeto Rondon	Praças da Juventude
Descrição	Projeto de integração social das instituições de ensino superior, que envolve a participação voluntária de jovens universitários que elaboram propostas que contribuam para a solução ou atenuação das deficiências estruturais locais, para ampliação do bem-estar das comunidades assistidas e para a formação dos universitários como cidadãos. As ações são realizadas durante as férias acadêmicas, sob a supervisão dos professores.	As praças são complexos poliesportivos – ginásio coberto, pistas de atletismo e skate, teatro de arena, centro de terceira idade e administração – implantadas em comunidades urbanas onde faltam equipamentos públicos de esporte e lazer, aliando saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas.
Público-alvo	Alunos das instituições de ensino superior	População de comunidades que não têm acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer.
Órgão Responsável	Ministério da Defesa em parceria com diversos Ministérios, o apoio das Forças Armadas e a colaboração dos governos estaduais e municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais e da Sociedade Civil	Ministérios do Esporte e da Justiça
Objetivo Geral	Visa à integração social por meio da aproximação dos estudantes às mais diversas realidades do país, consolidando a sua formação cidadã e ampliando a qualidade de vida dos habitantes das comunidades atendidas;	Favorecer as comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer,

Quadro 8: Outras iniciativas

Fonte: Adaptação a partir do *Guia de Políticas Públicas de Juventude* (BRASIL, 2010) e *Trabalho decente e juventude no Brasil*, Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

A construção de uma Praça da Juventude, cujos objetivos também estão descritos no quadro 8, pode ser solicitada pelos governos estaduais ou municipais, em terreno de sua propriedade. O recurso para execução pode ser obtido por dotação do Ministério do Esporte, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) ou por emendas parlamentares (BRASIL, Guia, 2010, p.13).

Verifica-se que a melhoraria da qualificação e escolaridade dos jovens é condição necessária mas não suficiente para que eles consigam “uma trajetória de trabalho decente”. Aliado a isso, é condição necessária também o crescimento econômico sustentado, “tendo em vista que uma alta taxa de desemprego juvenil, muitas vezes, reflete o fraco desempenho macroeconômico de um país” (COSTANZI, 2009, p. 145).

Há ainda a necessidade de se conseguir uma articulação satisfatória entre as políticas públicas educacionais, de formação profissional, trabalho, emprego e renda, de forma a encontrar o equilíbrio entre a aquisição de qualificação por meio da educação

formal e pelo exercício profissional. Muitas das qualificações e habilidades são adquiridas num processo *on-the-job training* ou *learning-by-doing*, isto é, acontecem no exercício profissional.

O quadro 9 apresenta algumas ações para inserir o jovem no mercado de trabalho. Fazem parte do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER), que atendem os trabalhadores em geral e do Sistema Nacional de Emprego (SINE)⁴, com postos de atendimento em todo país para intermediação de mão de obra.

	SINE	SPTER	PRONAF Jovem
Descrição	Tem o objetivo de (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho, através da implantação de serviços e agências de colocação e do desenvolvimento de ações com este fim.	Tem o objetivo de promover mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda	Tem o objetivo de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. No âmbito deste programa, foi criada uma linha de crédito especial destinada à juventude, o PRONAF Jovem
Público-alvo	Trabalhadores em geral.	Trabalhadores em geral.	Jovens agricultores de 16 a 29 anos e seus familiares, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância; o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio; ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de, no mínimo, 100 horas
Órgão Responsável	MTE	MTE	MDE

Quadro 9: Iniciativas voltadas ao Mercado de Trabalho

Fonte: Adaptação a partir do *Guia de Políticas Públicas de Juventude* (BRASIL, 2010) e *Trabalho decente e juventude no Brasil*, Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

Dados do MTE de 2007 mostram que a (re)colocação de jovens de 15 a 24 anos no mercado de trabalho, considerando a relação inscritos/colocados, foi de 15,8%, inferior às outras faixas etárias, que atingiram 17,2%. A taxa foi superior, se considerados os jovens com algum tipo de deficiência, cuja relação ficou em 28,5%.

Em 2007, o Sine inseriu no mercado aproximadamente 16 jovens para cada grupo de 100 inscritos (COSTANZI, 2009, p. 101). Muitos jovens entram no mundo do trabalho por meio de relações pessoais e não por intermédio de agências públicas.

O Pronaf Jovem (quadro 9) apresenta limite de crédito de R\$ 6.000,00, e pode ser concedido apenas um empréstimo a cada beneficiário, com encargos financeiros de

⁴ Sistema Nacional de Emprego (Sine)⁴ foi criado em 1975, fundamentada na Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho(OIT) para organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho.

1% ao ano e prazo de reembolso de até 10 anos. São concedidos até cinco anos de carência (quando o projeto técnico comprovar a sua necessidade), ou até três anos de carência, nos demais casos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, além do Pronaf Jovem, também mantém o Programa Nossa Primeira Terra, que assegura, financiamento com juros subsidiados para a compra de terras, aos jovens que quiserem permanecer no meio rural. Essas medidas são consideradas importantes, considerando-se a dificuldade que o jovem encontra para conseguir acesso aos recursos produtivos, especialmente ao crédito (COSTANZI, 2009, p. 104).

Destacam-se ainda as ações de estímulo ao desenvolvimento da economia solidária, desenvolvidas no âmbito do MTE. Abrangem atividades organizadas sob a forma de autogestão, sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de cooperação, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e comércio solidário.

Fazem “frente às profundas alterações ocorridas no mundo do trabalho, que resultaram na dificuldade maior de inserção estável, por meio do tradicional emprego assalariado formal”, apresentando-se como uma alternativa de inclusão social e de inserção no mundo do trabalho (COSTANZI, 2009, p. 105).

Cabe ainda citar a recente iniciativa da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que consistiu em incluir no Plano Plurianual 2012-2015, metas e dotações orçamentárias exclusivamente dirigidas ao público jovem. Juntamente com as políticas de outras áreas do Governo Federal, essas ações “integram o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, que visa superar desigualdades, ampliar a participação social e oferecer mecanismos de desenvolvimento que assegurem a inclusão, autonomia e emancipação dos jovens” (BRASIL, folder 2013).

São as seguintes as ações da SNJ: “Juventude Viva”, “Estação Juventude” e “Participatório”.

O Juventude Viva - Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra-promove ações no âmbito da prevenção da violência. O objetivo do plano é reduzir a vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica, por meio da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, com ações nas áreas do trabalho, educação, saúde, acesso à justiça e à segurança, cultura e esporte. Visa, portanto, a ampliação dos direitos da juventude, combate às desigualdades raciais e garantia dos direitos humanos.

O “Juventude Viva” está presente em 132 municípios que, juntos, reúnem mais de 70% dos homicídios contra jovens no Brasil. Tem a participação de sete Secretarias e Ministérios, num esforço para reverter o alto índice de violência e de homicídios que atingem especialmente a juventude negra.

A Estação Juventude pretende ampliar o acesso de jovens às políticas, programas e ações integradas no território que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a inclusão e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade.

Está organizado em diferentes modalidades: unidade complementar (articulação com outros programas federais) e unidade itinerante (articulação com estados e municípios), potencializando a ação conjunta do Governo Federal e os entes federados.

O Participatório - Observatório Participativo da Juventude – é um espaço virtual interativo voltado à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com participação e mobilização social, voltado às políticas de juventude e afins. Integra-se com as redes sociais e blogs, de forma a dialogar com as informações que ocorrem nesses outros espaços.

Sendo assim, constitui-se num meio para a articulação de três grandes objetivos: a) Produzir conhecimento em rede; b) Promover a participação em ambientes virtuais; c) Mobilizar e disputar valores da juventude (BRASIL, Cartilha, 2013, p. 21).

2.3 Programa PROJOVEM

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano tem por meta aumentar a escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, já alfabetizados, que podem concluir o Ensino Fundamental em 18 meses ininterruptos.

A carga horária é de 2000 horas e apresenta características diferenciadas, observadas no Projeto Pedagógico Integrado – PPI, que adota a articulação de três dimensões: formação básica no ensino fundamental; qualificação profissional e a formação para participação cidadã.

Está prevista uma ajuda de custo mensal no valor de R\$100,00 aos jovens, condicionada a 75% de frequência às aulas e entrega de trabalhos pedagógicos. O controle é feito por meio de registro do Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano.

Essa concepção, que inclui qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias, reconhece que o jovem de baixa renda, que foi excluído do processo educacional precisa de oportunidade para adquirir formação a fim de inserir-se no mundo do trabalho, com consciência de sua cidadania, fator essencial à vida em sociedade.

Desde 2012, é o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, o responsável pela a coordenação do Projovem Urbano, que passou a integrar a política educacional, sendo desenvolvido no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos articulando-se às políticas públicas de juventude. Nos estados e municípios é executado por meio das Secretarias de Educação.

De acordo com o Plano de Implementação do Programa, no âmbito local o ProJovem Urbano está organizado em núcleos, necessariamente constituído por escolas das redes municipais ou estaduais, vinculados a polos.

Cada polo é formado por educadores da Formação Básica (que desenvolvem atividades nas suas respectivas disciplinas e agem como orientadores de uma das turmas), o educador de Qualificação Profissional (composta por formação técnica geral e específica) e Participação Cidadã. Está prevista a organização de salas de acolhimento para os filhos dos alunos, menores de 8 anos.

O repasse dos recursos federais acontece de forma direta por meio do FNDE/MEC, aos entes executores do programa (estados, municípios e Distrito Federal), de acordo com o número de alunos matriculados. O repasse inicial depende da meta definida, e os demais, de acordo com a frequência dos alunos. Para aderir ao programa é preciso garantir o mínimo de 200 alunos.

A fundamentação legal pode ser consultada no parecer CNE/CEB Nº 18/2008. A Certificação do Projovem Urbano em ensino fundamental/EJA e em qualificação profissional inicial se dá por meio dos sistemas de ensino e a certificação de curso FIC por instituição integrante do PRONATEC.

Todos os atores do Programa participam da formação continuada: primeira etapa e demais, vinculada à modalidade EJA, que inclui aspectos gerais do Programa e aspectos específicos de cada categoria de profissionais.

2.3.1 Breve histórico

Criado em 2005 em caráter emergencial e experimental, o Projovem tinha duração de 12 meses e destinava-se a jovens de 18 a 24 anos, que já tinham concluído a quarta série do ensino fundamental, sem vínculo empregatício, que recebiam uma bolsa auxílio no valor de R\$100,00 por mês.

Fez parte de um conjunto de ações governamentais que visavam à estruturação de uma política nacional de juventude no país, juntamente com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. A gestão do programa aconteceu em regime de cooperação com os Estados, Municípios e o Distrito Federal.

Os recursos públicos para sua manutenção eram repassados pela União para as capitais e municípios de regiões metropolitanas responsáveis por sua execução. Sua proposta curricular baseava-se na integração entre saberes, na interdisciplinaridade e contextualização, além da articulação entre ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária.

Em 2006, passa a atender também as regiões metropolitanas com população igual ou superior a 200.000 habitantes, além das capitais e do D.F. Teve então a adesão de 29 municípios. Amplia o atendimento para jovens até 29 anos, devido a dados do Censo/2000 e da Pnad/2003 que apontam situação de defasagem educacional nessa faixa de idade.

Em 2008, o governo federal reorganizou o programa original, instituindo o Projovem Integrado, que passou a ser composto por quatro programas: Projovem Campo, Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador e o antigo Projovem, que, reformulado passou a chamar-se Projovem Urbano, ampliando a duração do curso, que desde então passa a ter o formato atual (2013).

É dada prioridade à juventude negra, jovens de regiões impactadas por grandes obras do Governo Federal e jovens catadores, dentre outros. Desde então o programa passa a incluir também jovens em privação de liberdade em regime fechado, em algumas penitenciárias estaduais, de acordo convênio firmado com o Ministério da Justiça.

Em dezembro de 2011 o decreto nº 7649 transfere a execução do Projovem Urbano para o Ministério da Educação (MEC/SECADI), sendo que em março de 2012 é aprovada a criação da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, responsável pela coordenação nacional do Projovem Urbano, por meio do decreto nº 7690.

De acordo com os dados oficiais, obtidos por meio do sistema de monitoramento e avaliação do programa (SMA), formado por nove universidades públicas, em 2012, 158 entes federados ofereceram o programa, sendo 138 municípios, destes 18 capitais, 19 estados e o Distrito Federal contemplando 110 mil jovens de todas as regiões do País.

2.3.2 PPI – Projeto Político Integrado

O Projeto Político Integrado do ProJovem Urbano parte de um novo paradigma educacional, integrando três dimensões curriculares: formação básica, qualificação profissional e participação cidadã. Cada um desses eixos tem como objetivo superar um aspecto da situação de exclusão dos jovens.

A Formação Básica, com a conclusão do ensino fundamental eleva a escolaridade. A Qualificação Profissional garantiria a certificação de formação inicial, capacitando para o mundo do trabalho e, a Participação Cidadã, a realização de ações comunitárias de interesse público nos bairros de procedência dos jovens.

Prevê também a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva, comunicação e ampliação do acesso dos jovens à cultura.

O Currículo Integrado baseia-se nos quatro pilares da Educação para o século XXI, estudo da UNESCO realizado por especialistas do mundo todo e organizado por Jacques Delors. São eles: Aprender a conhecer, relativo à aquisição de conhecimentos. Aprender a fazer, relacionado aos procedimentos. Aprender a ser, aos valores, ética e estética e aprender a conviver, que diz respeito às interações. (Projovem Urbano, Manual do Educador, 2012).

Para atender às demandas da juventude, o currículo prioriza a apropriação de novos conhecimentos e habilidades, a relação teoria e prática, a dimensão educativa do trabalho, a construção de conceitos e valores e a experiência de participação social e cidadã, enfocando os seguintes temas:

- Educação e trabalho – nova articulação para um novo contexto social;
- Qualidade de vida juvenil – sustentabilidade socioambiental, saúde, esporte, lazer;
- Arte e cultura – construção de um processo identitário;

- Direitos humanos e valorização da diversidade – contra a violência, por uma vida segura e pela paz.

A Formação Básica compreende as áreas de conhecimento definidas pela LDB – Lei 9394/96, a saber: Ciências Humanas; Língua Portuguesa; Inglês; Matemática e Ciências da Natureza.

A Qualificação Profissional inclui: Formação Técnica Geral; Projeto de Orientação Profissional – POP; Formação Técnica Específica; PRONATEC e Arcos Ocupacionais. Cada núcleo escolhe o arco ocupacional que pretende desenvolver, sendo que cada arco compreende quatro ocupações.

A Participação Cidadã trabalha por meio de reflexões fundamentadas nos direitos humanos, na ética e na estética; Mapa dos Desafios; Plano de Ação Comunitária – PLA.

O currículo organiza-se como uma rede, integrando eixos estruturantes ao conteúdo selecionado. Dessa forma, todas as disciplinas trabalham o mesmo eixo e conteúdo, sob o ângulo de seu campo de conhecimento específico.

São três ciclos, cada um deles com duas unidades formativas e um eixo estruturante:

Ciclo 1 – Unidade Formativa 1 (UF 1) - Juventude e Cultura

- Unidade Formativa 2 (UF 2) –Juventude e Cidade

Ciclo 2 – Unidade Formativa 3 (UF 3) – Juventude e Trabalho

- Unidade Formativa 4 (UF 4) – Juventude e Comunicação

Ciclo 3 – Unidade Formativa 5 (UF 5) – Juventude e Tecnologia

- Unidade Formativa 6 (UF 6) – Juventude e Cidadania

Cada um desses eixos estruturantes (Juventude e Cultura, Juventude e Trabalho, etc), apresenta uma série de temas que são trabalhados pelas diferentes disciplinas. Dessa forma, as situações de aprendizagem dividem-se em: 1. Específicas: ótica do

campo do conhecimento correspondente às disciplinas; e 2. Integradoras: o POP, o PLA e as sínteses interdisciplinares orientadas pelos temas integradores.

O Curso tem duração de 18 meses. São, portanto, seis unidades formativas, cada uma delas com duração de três meses. A carga horária é de 2.000 horas, sendo 1.440 horas presenciais e 560 horas não presenciais, assim divididas:

- Formação Básica/Ensino Fundamental – 1.008h
- Qualificação Profissional - 360h
- Participação Cidadã – 72h

A avaliação tem caráter formativo, enfatizando o sucesso e não a reprovação. Apresenta diversas funções, como o apoio ao desenvolvimento do aluno, replanejamento e o atendimento individualizado. Acontece em vários momentos, no espaço escolar, nas atividades não presenciais, na autoavaliação, envolvendo todos os que participaram do processo educativo.

Por meio de seu Projeto Político Integrado (PPI), o Programa Projovem Urbano pretende garantir oportunidade e assegurar os direitos para todos, minimizando as desigualdades nos campos da educação, trabalho e participação política. “Em conjunto, essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania” (Projovem Urbano. Manual do Educador, p. 12).

3. ESTUDO DE CASO

Itapetininga aderiu ao Programa Projovem Urbano em 2012, quando sua abrangência foi ampliada para cidades com mais de 100 mil habitantes. Portanto, este estudo refere-se a esse período até o momento atual, e procurou conhecer as características dos jovens que frequentam as aulas no município, seu estilo de vida, suas dificuldades e particularidades.

Embora o Programa obedeça às diretrizes nacionais, sua execução na ponta depende da gestão municipal e dos profissionais encarregados de executá-lo, por isso, conhecer as especificidades locais é fundamental, para que se possa avaliar os resultados e compará-los com outros municípios.

3.1 Metodologia do Caso

O estudo aqui apresentado fundamentou-se na análise dos seguintes documentos:

- Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013(Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE).
- Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), 2006.
- Reflexões sobre a política nacional de juventude, CONJUVE, 2003 a 2010.
- Documento Base da 1ª Conferência Nacional de Juventude, 2008.
- Propostas aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Juventude, 2011.
- Guia das políticas públicas de juventude, SNJ, 2010.
- Cartilha das políticas públicas de juventude, SNJ, 2013.
- ProJovem Urbano. Manual do Educador: Orientações Gerais (MEOG), 2012.
- Projovem Urbano. Plano Nacional de formação para gestores, formadores e educadores, 2008.
- Trabalho decente e juventude no Brasil. Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, Rogério Nagamine), 2009.

Além disso, consultou-se diversos artigos acadêmicos, monografia e dissertações que tratam o assunto em questão, com o objetivo de analisar diferentes abordagens sobre o tema. Estão presentes autores como Regina Novaes, Helena Abramo, Juarez Dayrell, Mirian Abramovay, entre outros. A meta deste estudo não é discorrer sobre o estado da arte ou esgotar as possibilidades de discussão e análise, mas

sim apresentar uma pequena contribuição para o estudo do tema Juventude brasileira na atualidade.

A entrevista semiestruturada foi usada para coleta de dados por parte dos assistentes pedagógico e administrativo, no âmbito local da pesquisa. Essa técnica favorece a maior interação entre os envolvidos, e permite ao pesquisador ampliar suas indagações, de acordo com as respostas obtidas. Os apêndices B e C trazem a estrutura das duas entrevistas. Pode-se verificar que, por meio das entrevistas foi possível esclarecer dúvidas e complementar as informações. Além disso, o contato direto permite apreender mais do que as declarações verbais, por meio de expressões faciais, gestos e postura, que muitas vezes falam por si mesmas.

As entrevistas foram realizadas nos dias 29 e 30 de outubro em duas das escolas em que se desenvolve o Programa, EMEF Therezinha Annunciato e EMEF Aparecida Myrthes, no horário em que as aulas acontecem, tendo sido possível portanto, observar também as instalações e a rotina do trabalho.

Alunos e professores responderam questionários, para que se pudesse traçar um perfil dos estudantes em Itapetininga e entrar no cotidiano escolar do Programa. No caso dos alunos, foram 13 perguntas fechadas, uma aberta e uma, parte aberta e parte fechada, num total de 16 questões (apêndice J). Havia uma última questão (17^a) a ser respondida apenas por alunos egressos, entretanto, não foi possível localizá-los, devido ao pouco tempo para realização da pesquisa de campo.

Pretendeu-se com isso conhecer um pouco sobre a realidade desses jovens, e, o papel do Projovem em suas vidas. Para os docentes, foram 9 questões fechadas e 4 abertas, totalizando 13 questões (apêndice I), com a finalidade de conhecer sua opinião sobre as questões.

O método *Survey* (BABBIE, 1999) subsidiou essa etapa da investigação, pois é adequado para fazer estimativas a partir do estudo de uma pequena parte de uma certa população. Na pesquisa realizada, responderam ao questionário todos os alunos presentes nos dias 29 e 30/10, nas escolas acima citadas, e entregues também àqueles que faltaram nesses dias, mas quiseram colaborar. Na EMEF Loide Lara, ele foi aplicado em outro momento, pois a escola é mais distante e possui poucos alunos.

Foram entregues 50 questionários ao todo, dos quais 29 foram respondidos, sendo que esse número total respondido - 29 questionários - foi considerado como o total da amostra, ou 100%.

No dia 28 de outubro, véspera da pesquisa de campo, uma nova turma iniciou

as atividades no Projovem. Esses alunos não foram convidados a responder a pesquisa, pois ainda não têm elementos para falar sobre o programa, uma vez que estiveram presente apenas na aula inaugural. A pesquisa foi feita apenas com aqueles que fazem parte da primeira turma na cidade, e que devem terminar o curso em dezembro.

No caso dos professores, 6 que trabalham com a primeira turma do programa responderam, sendo que um deles, em caráter temporário, ministra duas disciplinas (Matemática e Qualificação Profissional). Uma professora não respondeu, perfazendo então 5 questionários, total da amostra. Em ambos os casos a participação foi voluntária e o anonimato garantido, como recomenda o *survey*. Alguns alunos fizeram questão de se identificar, mas isso não foi pedido a eles.

Nos dias das entrevistas, por sugestão do assistente pedagógico, três alunos deram uma rápida entrevista, chamada por eles de “depoimento”, falando sobre a importância do Projovem Urbano em suas vidas. Resolveu-se então acrescentar essas informações, uma vez que apresentaram novos dados e enriqueceram a pesquisa.

Para a coordenadora geral do Programa, em âmbito local, estava prevista a aplicação de uma entrevista semiestruturada, nos moldes acima apresentados. No entanto, em vista da dificuldade de agendar o evento, ela preferiu responder às perguntas por escrito, devolvendo-a por correio eletrônico, ou seja, uma entrevista estruturada. Essa resposta não aconteceu e não foi possível contar com esses dados. O apêndice A traz a estrutura da entrevista.

As informações coletadas por meio da pesquisa bibliográfica e entrevistas, bem como tabulação dos questionários, deram subsídios às comparações, inferências e análise aqui apresentadas, possibilitando buscar respostas à questão inicial que moveu a investigação: Por que as políticas públicas voltadas para Juventude socialmente excluída não conseguem atingir seu público-alvo de forma ampla?

3.2 Perfil de Itapetininga (SP)

O nome Itapetininga tem origem tupi-guarani e significa “pedra enxuta” ou “laje seca”. Pousos de tropeiros que transportavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, Itapetininga é considerada vila em 1771, mas só em 1855 passa à categoria de cidade. Atualmente é sede da Região de Governo, composta por mais doze municípios: Alambari, Angatuba, Boituva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha,

Cesário Lange, Guareí, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Tatuí, que possuem juntos 480.453 habitantes (SEADE 2013).

Localizada no sudoeste do estado de São Paulo, na região do Alto Paranapanema, Itapetininga tem 144.377 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos numa área de 1.790.208 km², e densidade demográfica de 80,41 hab/km².

A tabela1 apresenta a porcentagem dessa população segundo a etnia.

Raça/Cor	Porcentagem
Branca	77,50 %
Negra	2,64 %
Parda	18,49 %
Amarela	1,21 %
Indígena	0,16 %
Total	100 %

Tabela 1: População de Itapetininga segundo a etnia.

Fonte: IBGE – Censo demográfico, 2010

De acordo com a tabela 2, a população apresentou uma taxa de urbanização crescente: 86,18% em 1991 para 89,31% em 2000 e 90,77% em 2010. Dessa forma, na zona urbana estão 131.050, que correspondem a 90,77% do total e apenas 13.327, 9,23% na zona rural. Apesar desse pequeno contingente populacional na área rural, a economia é fortemente voltada para a agricultura, e possui o maior PIB agrícola do estado, 320 milhões de reais (IBGE, 2009).

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	101.582	100,00	125.559	100,00	144.377	100,00
Homens	50.353	49,57	62.858	50,06	72.167	49,99
Mulheres	51.230	50,43	62.701	49,94	72.210	50,01
Urbana	87.542	86,18	112.137	89,31	131.050	90,77
Rural	14.040	13,82	13.422	10,69	13.327	9,23
Taxa/Urbanização	-	86,18	-	89,31	-	90,77

Tabela 2 : Evolução da População Urbana e Rural, homens e mulheres.

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação (Atlas Desenvolvimento Humano, 2013)

Os serviços de infraestrutura urbana apresentam bons níveis, tendo crescido se comparado a anos anteriores, como se pode observar na tabela 3.

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	91,26	96,09	98,90
% da população em domicílios com energia elétrica	97,07	98,85	99,57
% da população em domicílios com coleta de lixo.	92,58	98,75	99,54
*Somente para população urbana.			

Tabela 3: Taxa da população com serviços de infraestrutura urbana.

Fonte: PNUD, IPEA, FJP

A tabela 4 mostra que a participação dos empregos formais na área agropecuária é de 21%, enquanto o total do estado representa 2,7%, o que traduz a importância do setor para o município. Maior produtor de grama do país, destaca-se também na produção de batata, hortifrutícolas e cana-de-açúcar para a fabricação de álcool. Também merece ênfase a produção de lenha e madeira em tora de florestas cultivadas e a resinagem de espécies florestais dos gêneros Pinus tendo como destaque a empresa Resinas Brasil.

Emprego Formal no ano de 2011	Município	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	21,0	2,7
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	21,6	20,9
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	3,6	5,5
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	23,5	19,3
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	30,3	51,6

Tabela 4: Emprego formal em Itapetininga e no estado de São Paulo por setor de atividade no ano de 2011(em %)

Fonte: SEADE 2013

A cidade conta com algumas indústrias de grande porte como 3M, Baterias Moura e Duratex e CiaoZicom (equipamentos digitais para sistemas de segurança). Destaca-se também como polo moveleiro e têxtil do Sudoeste Paulista, principalmente com as indústrias Nisshinbo do Brasil e MGA.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 65,34% em 2000 para 66,04% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 14,23% em 2000 para 7,20% em 2010. Das pessoas ocupadas em 2010, na faixa etária de 18 anos ou mais, 10,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,05% na indústria

extrativa, 13,12% na indústria de transformação, 8,53% no setor de construção, 1,08% nos setores de utilidade pública, 15,82% no comércio e 43,54% no setor de serviços (Atlas Desenvolvimento Humano, 2013).

Conhecida como “Terra das Escolas” ou ainda “Atenas do Sul”, a cidade tem tradição na área educacional. O Sistema Municipal de Ensino conta com mais de 70 escolas, distribuídas entre creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental, EJA (educação de jovens e adultos e CEPRON (ensino profissionalizante).

Possui uma FATEC, uma ETEC, uma unidade da Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma unidade do IFSP. Também está em projeto a implantação de um campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Há também faculdades particulares como o Instituto Itapetiningano de Ensino Superior (IIES), Associação de Ensino de Itapetininga (AEI) e Fundação Karnig Bazarian(FKB), entre outras.

De acordo com dados do SEADE 2010, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais atingia 4, 54%. Entre os jovens de 18 a 24, 52,03% possuem o ensino médio completo, sendo que a taxa estadual é de 58, 64%.

A renda per capita do município é de R\$ 629,40 e do estado é R\$ 853,75. O PIB per capita (anual) é de R\$ 17.671,77 e o PIB do município R\$ 2.548,40 milhões de reais, que representam 0,20 do total (R\$ 1.247.595,93) estadual (SEADE 2010). Pode-se dizer que a desigualdade no município vem diminuindo: o Índice de Gini⁵, usado para medir o grau de concentração de renda, passou de 0,53 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,49 em 2010.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁶ de Itapetininga foi de 0,763. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais

⁵ Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

⁶ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

creceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,170), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,207), seguida por Longevidade e por Renda(Atlas Desenvolvimento Humano, 2013).

A tabela 5 mostra a evolução desse índice e de seus componentes.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,328	0,535	0,705
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	32,55	44,49	59,81
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	36,99	72,81	92,04
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	51,49	77,06	89,63
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	28,81	51,24	73,41
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	14,37	33,78	51,01
IDHM Longevidade	0,688	0,768	0,864
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,29	71,09	76,86
IDHM Renda	0,668	0,705	0,728
Renda per capita (em R\$)	511,56	644,61	741,64

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Itapetininga - SP

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro (Atlas Desenvolvimento Humano, 2013)

A população jovem de Itapetininga, importante para o estudo que aqui se realiza, é apresentada na tabela 6, por faixa etária e sexo. Considerada em seu total, a população jovem no município representa 26,78% do total geral, obedecendo, portanto, a tendência nacional, ou seja, os jovens representam mais de um quarto do total, como se pode constatar na tabela 6.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
15 a 19 anos	6.320	6.201	12.521
20 a 24 anos	6.995	5.984	12.979
25 a 29 anos	6.861	6.301	13.162
Total	20.176	18.486	38.662

Tabela 6: População Jovem por faixa etária e sexo em Itapetininga.

Fonte: IBGE – Censo demográfico, 2010

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O Programa Projovem Urbano, lançado em 2012 em Itapetininga teve a Secretaria de Educação do Município como responsável por seu processo de implantação no município, que, como se pode observar ao longo deste trabalho, é repleto de especificidades.

A coordenadora geral do Programa era uma das supervisoras do Sistema Municipal de Ensino. Duas assessoras da Secretaria (entre elas esta pesquisadora), foram designadas como formadoras dos docentes. Elas participariam da formação inicial e continuada oferecida pelo Programa, e a intenção, com a escolha dentro de seus quadros, era a possibilidade de trazer e difundir esses saberes na rede municipal. Tratava-se de um Programa desconhecido, que pouco a pouco foi sendo desvendado.

A Secretaria organizou um processo seletivo para contratação dos docentes, dos assistentes (pedagógico e administrativo) e responsáveis pelas salas de acolhimento, que constava de prova escrita, entrevista e prova de títulos. Muitos candidatos participaram da seleção, o que levou a uma escolha acirrada e criteriosa, que permitiu classificar, em quase todas as áreas, uma lista de reserva.

De acordo com as diretrizes do Programa, cada polo pode ter até quatro núcleos, que funcionam nas escolas públicas, cada um deles com 5 classes de 30 a 40 alunos cada, portanto, 150 a 200 alunos. Em Itapetininga, constituiu-se apenas um núcleo, formado por: diretor da escola, 5 turmas de alunos, 5 educadores de Formação Básica (Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências Sociais e Ciências da Natureza), 1 educador de Qualificação Profissional e 1 educador de Participação Cidadã.

Entretanto, esse núcleo não funciona numa única escola, e sim em três escolas, cada uma delas num bairro diferente, distantes uns dos outros: EMEF Prof^a Therezinha Annunciato Esteves Soares, na Vila Belo Horizonte (3 turmas), EMEF Prof^a Aparecida Myrthes de Melo Moraes (2 turmas), na Vila Reis e EMEF Prof^a Loide Lara (1 turma), no Taboãozinho. O assistente pedagógico e assistente administrativo atendem as cinco escolas, ou, o núcleo. Além disso, cada escola tem uma sala de acolhimento para os filhos dos alunos.

O arco ocupacional escolhido para ser desenvolvido na Qualificação Profissional foi Administração, com as ocupações: Arquivador, Almoxarife, Contínuo e

Auxiliar administrativo, funções procuradas tanto por empresas privadas como pela administração pública locais.

Depois de contratada a equipe que trabalharia no projeto, realizou-se a formação inicial dos docentes, com a participação do assistente pedagógico. Tratava-se de uma equipe de excelente nível profissional, entusiasmada com a nova proposta, portanto, muito motivada.

Enquanto o grupo era preparado, realizava-se a divulgação do curso pela cidade e as matrículas, em muitas escolas municipais. O curso foi divulgado por meio da televisão, rádio e distribuição de panfletos em escolas, postos de saúde, instituições municipais e outros. Ainda faltavam alunos!

Para atingir o nível mínimo exigido pelo programa, a Secretaria, por sugestão dos professores, organizou pontos de divulgação próximos aos locais onde o curso aconteceria, com a colaboração dos docentes, que conversavam com as pessoas, convidando-as a participar. Afinal, conseguiu-se os 200 alunos! As aulas começaram em 18 de junho de 2012.

4.1 Evasão

A dificuldade do Programa Projovem Urbano para atingir o público alvo foi detectada em Itapetininga logo no início. Ou até antes, pois foi difícil conseguir o número de matrículas necessário para implantar o Programa, e, certamente não se pode atribuir esse fato apenas à falhas na divulgação.

De acordo com informações da assistente administrativa do Programa no município, nem todos os alunos matriculados vieram para as aulas, e o fato da matrícula ter sido feita em diversos locais, prejudicou a localização dos documentos e mesmo dos alunos que não se apresentaram: dos 200 que estavam matriculados, cerca de 160 começaram a frequentar.

Apesar dos problemas burocráticos, as atividades transcorreram em clima de muito entusiasmo por parte de todos os envolvidos. Tudo foi organizado para ganhar a confiança dos alunos, cujo histórico era de fracasso escolar, o que, conseqüentemente, deixava-os apreensivos com relação à escola. No depoimento dos alunos, é possível

perceber que esse objetivo inicial foi atingido: “Eu acho que no começo todo mundo ficou apreendido como eu”.

A chegada do material didático atrasou bastante, o que dificultou o trabalho docente e trouxe desconfiança por parte dos alunos. Com a nova turma que iniciou as atividades há poucos dias, o problema se repete. O Assistente Administrativa, confirma que para o recebimento do auxílio financeiro de R\$100,00 pelos alunos, existe um processo que, a princípio é muito demorado. Houve atraso nos primeiros três meses, e só depois foi regularizado.

Com isso, já nos primeiros meses a evasão foi grande. O Assistente Pedagógico complementa a afirmação:

[...] Depois dos 6 primeiros meses, tínhamos cerca de 100 alunos. Na festa de Natal ainda estávamos com essa média. Depois, esse ano começou a cair um pouco. Janeiro foi fraco, ninguém quer estudar em janeiro. No carnaval deu mais uma queda, conseguimos trazer de volta, ficamos com cerca de 70 a 80 alunos. O que fez evadir mais foi a saída de alguns professores. Isso mexeu muito com eles! Alguns alunos não saíram, mas estão faltando bastante, desmotivou! Ai a Thaís... ai o Paulo...! Temos agora 62 alunos, mas não sabemos se todos vão se formar. Estou fazendo um cálculo de 50 a 58.

Ele compara a situação com outros municípios, justificando que o alto índice de evasão é um problema do Projovem em todas as cidades: “Sorocaba eram 4 núcleos (cerca de 600 alunos). Vão formar cerca de 70, 80 alunos. Votorantim também começou como nós, com 200, vai formar 20. Carapicuíba começou com 200 vai formar 11. Ourinhos vai formar 30, 40. Então, se considerarmos isso, a gente está bem!”

Muitas causas podem ser apontadas para o problema da evasão. Algumas delas estão ligadas ao perfil do aluno atendido pelo Programa. Em Itapetininga, as características dos alunos são semelhantes às de outras localidades, diferenciando-se em alguns aspectos. Os questionários respondidos pelos estudantes e docentes ajudaram, juntamente com as entrevistas, a compor esse perfil.

4.2 Perfil do Aluno

Em Itapetininga, apenas 20,69% dos estudantes são homens, confirmando-se a tendência de maioria da participação feminina no Programa, com 79,31% (gráfico 1). O

perfil nacional mostra que a porcentagem de mulheres é de 62,8% (BRASIL. MEOG, 2012, p. 147).

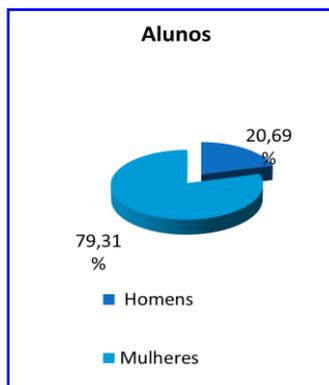


Gráfico 1: Alunos - % por sexo

Declaram-se brancos, 44,83% dos estudantes, e pardos ou morenos 55,17%. Não há negros, ou outra raça/cor, talvez porque a população do município apresente apenas 2,62% de população negra, 1,21% amarela e 0,16% indígena (Tabela 2, IBGE, 2010).

Quanto à moradia, 71,9% residem em casas com até 4 cômodos, sendo 58,63% a porcentagem de domicílios com mais de 5 pessoas.

Os estudantes que não têm filhos representam 17,24% dos pesquisados. Quanto aos outros, 34,48% têm um filho, 13,79% dois, 31,04% possuem três filhos e 3,45%, quatro. Considerando os alunos com filhos (total de 24 pesquisados), 62,5% trazem seus filhos e usam a sala de acolhimento do Programa. Se as mulheres representam quase 80% do Programa no município, pode-se dizer que a sala de acolhimento viabiliza a participação delas. A propósito, 79,3% do total pesquisado (29) declararam que esse é um dos diferenciais do Projovem.

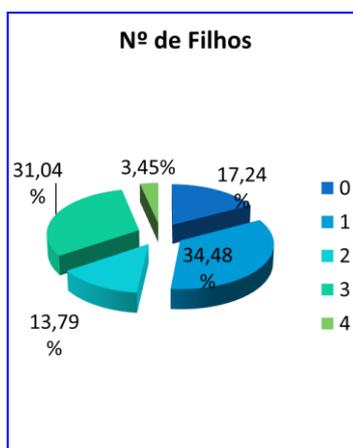


Gráfico 2: Nº de filhos

No que diz respeito à escolaridade (gráfico 3), 6,90% cursaram até a 3ª série⁷, 17,24% até a 4ª série, 34,48% cursaram até a 5ª, 27,58% até a 6ª, 10,34% cursaram até a 7ª e 6,95% pararam já na 8ª série. Entre os motivos que os levaram a parar de estudar, 27,58% declararam precisar trabalhar. O mesmo percentual foi observado para os que tiveram filhos. 13,29% declararam ter dificuldade em acompanhar e 6,9% não gostavam da escola. Os restantes 13,29% declararam motivos pessoais e familiares, não havendo ninguém que declarasse não gostar de estudar.

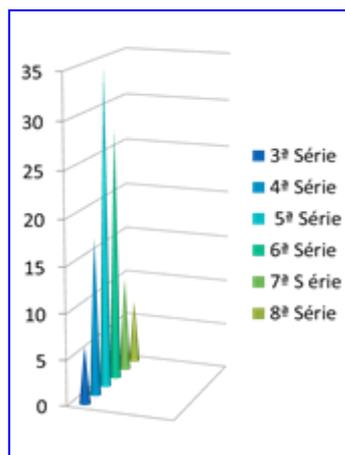


Gráfico 3: Escolaridade

No depoimento de uma aluna, é possível perceber a situação de muitos estudantes:

Eu quando saí da escola, foi com a maior tristeza. Eu tive minha filha com 14 anos. [...] Quando eu tive ela, eu ia prá escola, mas aí logo eu tive uma nova gravidez. Tenho uma filha de 14 e um filho de 12. Então aí eu tive que optar, ou ir trabalhar prá cuidar deles, ou estudar. Naquela época, era só de dia. Aí eu fui trabalhar, já tinha tido os filhos... Fui prá roça, doméstica, faxineira, o que aparecia (aluno 1).

O gráfico 4 refere-se aos motivos que levaram os estudantes a abandonar a escola (%).

⁷ Considerou-se aqui o antigo Ensino Fundamental de 8 anos, pois esse era o sistema vigente na época em que os alunos frequentaram a escola de ensino regular.

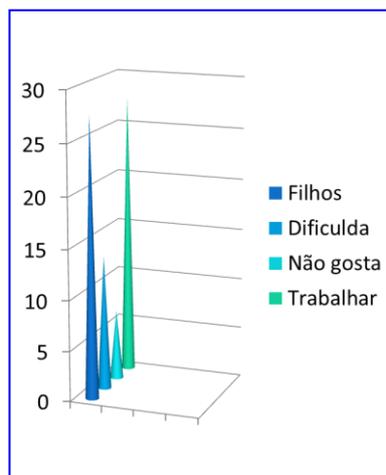


Gráfico 4: Motivos para o abandono dos estudos

Na questão aberta, todos os professores afirmaram que é possível superar as diferenças de escolaridade apresentada pelos alunos, e apenas um deles considerou a hipótese de nem sempre se conseguir isso. Mencionaram a necessidade de manter o foco na dificuldade do aluno, considerar as vivências prévias, dar preferência a trabalhos em grupo, onde há trocas de conhecimentos e experiências entre todos, utilizar outras formas de expressão além da escrita, e realizar trabalhos que permitam aumentar a autoestima.

Considerando-se a idade dos participantes, 72,41% têm 25 anos ou mais, em números absolutos, 21 dos 29 alunos pesquisados, sendo que 13 deles estão com 29 anos ou mais (gráfico 5). Os números confirmam as declarações dos entrevistados, que consideram que os alunos mais novos são os que mais desistem pois são “muito dispersos” “momentâneos”, “mudam de opinião facilmente”.

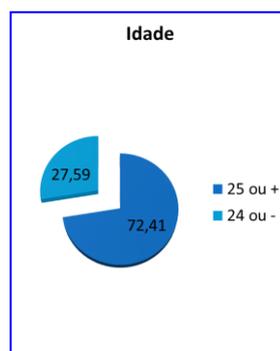


Gráfico 5: Idade dos alunos

Quando solicitados a traçar o perfil do aluno, os docentes os caracterizaram assim :

Alunos de baixa renda, sem motivação, carentes, querendo ter oportunidade no mercado de trabalho, desestimulados (docente 1).

Pessoa humilde, de baixa renda, pouco acesso à informação, pouca ou nenhuma orientação educacional/profissional por parte dos pais, baixa orientação sexual (docente 2).

Um perfil do aluno do Programa Projovem Urbano: é aquele que entra com uma visão baixa e sai com outra, de satisfação (docente 3).

Mulheres com empregos de baixa remuneração e de trabalho intenso. Oriundas muitas vezes de famílias desestruturadas (docente 4).

É difícil traçar apenas um perfil. Por mais que se trate da mesma faixa etária e da mesma (ou quase) situação social, há grupos muito distintos. São classes bastante heterogêneas. Para simplificar, traço dois perfis: 1) O aluno que se agarra ao PJU como instrumento, não só de conhecimento, mas de convívio social e 2) O aluno que percebe a chance do diploma fácil e só aparece para fazer as provas e receber a bolsa (docente 5).

Nota-se nos comentários, a diferença de enfoque que cada um deu à questão. Os professores mais antigos focalizaram as pessoas em seu lado “aluno”, a aprendizagem, os itens mais valorizados no percurso, mostrando assim sua convivência com eles nesse período, e não apenas citando as características sociais.

O docente que teceu o último comentário, indiretamente critica a maneira como o lado social do programa é visto aqui no município. Em sua opinião, a coordenação é excessivamente permissiva, pois demora a cortar o auxílio de alunos faltosos, dando sempre mais uma oportunidade para que eles consigam superar os problemas e continuar participando, mesmo que o interesse por aprender não exista.

A totalidade dos alunos pesquisados considerou o Programa Projovem Urbano Itapetininga como muito bom. Todos reconheceram diferença entre ele e a escola que já haviam frequentado anteriormente. Cada um deles apontou várias das opções oferecidas no questionário, como responsáveis por esse diferencial. 75,86% deles consideraram que o diferencial está no material didático; 65,51%, no auxílio; 51,72% ; 68,97% no processo de avaliação; 79,3% na sala de acolhimento. Mas o percentual maior, apontado por 82,75% dos estudantes, foram os professores.

4.3 Perfil do Professor

O trabalho dos docentes é considerado excelente pelos alunos e também pela direção do Programa. Eles seguem as diretrizes do programa e têm um olhar

diferenciado para os alunos, trabalhando muito bem a questão da autoestima, como se depreende deste relato:

[...] Eles não são só professores. Até problemas particulares eles ouviram, ajudaram, sempre falando, você pode! Você consegue! Então, qualquer coisa está no meu alcance! Eles fizeram isso. E nada mais tira esse valor que hoje eu vejo. Eu sou auxiliar de limpeza, acho que todo trabalho é digno, mas eu quero mais, eu posso mais!(aluno 3)

Dos docentes pesquisados do Programa Projovem Urbano Itapetininga, 60% são homens e 40% mulheres. Na faixa etária de 20 a 29 anos encontram-se 40% deles, 20% de 30 a 39 e 40% de 40 a 49 anos. Todos possuem algum tipo de curso de pós-graduação ou extensão. Relacionam-se muito bem com os alunos 80% deles e 20%, bem. Os alunos confirmam a pertinência dessa porcentagem, ao se referirem aos professores que deixaram o programa:

[...] Nossa!!! A professora de participação cidadã e os outros, a gente vai vendo que não é só isso não! Agora ela e os outros professores que tiveram que sair na metade do nosso curso, fiquei morrendo de dó! A Thaís, o Paulo e o Carlos. Por que? Tiveram oportunidades! Precisaram escolher. Ou fico onde estou, ou avanço. Avançaram! A gente fica feliz por eles! (aluno 1).

Uma das dificuldades do Programa é substituir os docentes que se afastam, pois o novo professor, geralmente, não tem formação para atuar no programa. Ele vai adquiri-la com o tempo, e com as formações que são oferecidas a cada unidade, mas o processo é lento, “[...] tem que pegar o bonde andando e ir caminhando, [...] e aos poucos vão se apropriando... aos poucos!” (assistente pedagógico)

Os professores apontaram a formação continuada, que inclui informática, o suporte pedagógico e o material didático, como ponto positivo do trabalho docente no Projovem. Também citaram o tempo livre na escola para o planejamento das aulas, a motivação dos professores, a sala de acolhimento e o resgate dos alunos com a inclusão. Como ponto negativo destaca-se: “O entra e sai dos alunos durante o projeto”(docente 5) e a “falta de apoio/orientação para encaminhar os alunos para emprego ou estágio” (docente 4).

4.4 As escolas

As escolas onde funciona o Programa também foram avaliadas pelos professores, quanto às salas de aula, salas de acolhimento, laboratório de informática e refeitório. As escolas Therezinha Annunciato e Aparecida Myrthes tiveram todos os itens avaliados como bons ou muito bons. A segunda apresentou 20% como regular no acesso à internet, ou laboratório, sendo as demais avaliações superiores.

Já a escola Loide Lara mostrou-se inadequada para as atividades, já que foi classificada na maioria dos itens como regular ou ruim. Já foi excluída do Programa, sendo substituída para as turmas novas, pela EMEF Prof^a Maria Cecília Rolim Nalesso, no Jardim Fogaça.

Há também algumas mudanças de comportamento dos alunos, em cada uma das escolas: uma delas apresenta turmas mais quietas, outra, mais participativa ou mais rápidos na aprendizagem, e a terceira, alunos que reivindicam o tempo todo, com ou sem motivo (assistente pedagógico).

4.5 O Programa

O Programa Projovem Urbano Itapetininga foi considerado muito bom por 80% dos docentes, e bom, pelos 20% restantes. Foi unanimidade entre os alunos. Todos o consideraram muito bom. No que diz respeito ao currículo, 60% dos professores acham que é muito bom e 40%, bom. No que tange à coordenação local, 60% classifica como muito bom e 40% bom, o mesmo para o quesito duração do curso.

Sobre o Projeto Político Integrado, o assistente pedagógico acredita que funciona bem no município. O trabalho integrado parte de um eixo, um tema, e a partir desse tema são desenvolvidos os conteúdos, cada disciplina se preocupa com as suas peculiaridades, ou seja, com aquilo que lhe é pertinente.

Os professores acreditam que essa maneira de apresentar o conteúdo, essa maneira interligada de ensinar é produtiva e é favorecida também pelas atividades culturais, que acontecem com frequência. Oferecem rico material de apoio que torna as aulas mais dinâmicas e reflexivas.

Os alunos confirmam a eficiência do Programa, ao afirmar: “Eu acho que o segredo é a dinâmica para prender a atenção da gente” (aluno 3), ou ainda: “ É todo um conjunto, tanto o conteúdo como os professores” (aluno 1).

O Programa prevê também a realização de passeios, visitas, festas, enfim, atividades que promovam o convívio social, uma vez que se pretende criar espaços para que o aluno se envolva, traga sua família, conheça situações novas.

As Disciplinas, Participação Cidadã e Qualificação Profissional, que se articulam com as Disciplinas do Ensino Fundamental (Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais), representam o diferencial do currículo. De acordo com a aluna 1, “ a participação cidadã ensina muito a gente como se comportar, o modo de falar, como pedir perdão quando você errou! Qualificação profissional explica como se apresentar numa entrevista, então é completamente diferente do ensino fundamental básico”.

Além do conteúdo desenvolvido em sala de aula, Participação Cidadã também se responsabiliza de forma mais direta por trazer de volta alunos que estão faltando muito, numa tentativa de reintegrá-lo ao Programa, conduta que faz parte da política do Projovem Urbano:

Na questão aberta que pedia aos alunos que enumerassem os pontos positivos e negativos, verificou-se que, como pontos negativos foram citados: o atraso no auxílio, por dois alunos; a evasão, por dois alunos; o fato de não ter o Ensino Médio, por um aluno. Os demais, ou seja, 82,75% dos alunos pesquisados não apontaram nenhum ponto negativo, ou declararam não haver nenhum. Quanto aos pontos positivos, todos eles citaram pelo menos um. Algumas respostas foram transcritas abaixo:

Boa qualidade e um bom ensinamento.

Hoje me sinto bem comigo mesma e posso até ajudar meus filhos nos deveres escolares.

Deu-me a oportunidade de voltar a estudar e me mostrou que sou alguém e posso crescer na vida.

Pode mudar a história de um participante.

Inclusão, respeito, aprendizagem, etc...

Ajudou muito na comunicação.

Tive a oportunidade de voltar a estudar e ter os meus filhos junto comigo.

Bons professores, coordenação ótima, carinho e respeito.

O ponto positivo foi que estamos concluindo o Ensino Fundamental.

Oportunidades, mais informação, e mostrou que nós podemos chegar ao topo, basta ter força.

Para as avaliações são feitas as provas externas, que são enviadas pelo SIMEC, a plataforma do MEC, por meio da qual se dá a comunicação do município com a organização federal do Programa.

Além disso, há os instrumentos locais, que são a participação em aula e o CRA, o caderno de avaliação. Os alunos preenchem esse caderno a lápis, e depois os professores confirmam essa avaliação, passando o resultado à caneta. De modo geral a participação dos alunos é boa, mas as faltas muitas vezes dificultam o bom desempenho nas provas, embora a maioria sempre consiga pelo menos 50% de acerto nessas provas.

O questionário dos docentes mostrou que 40% deles consideram que apenas acompanham sua disciplina, de 10 a 30% dos estudantes. Outros 40% acreditam que essa porcentagem é de 30 a 50%. De 60 a 80% do conteúdo foi apontado por 20% dos pesquisados. Quanto à quantidade de trabalhos realizados, 60% dos professores declararam que são realizados por 30 a 50% dos alunos, e 40%, de 10 a 30%.

A afirmação do aluno justifica essas porcentagens, que ficam abaixo de 50% para 80% das disciplinas: “[...]tem coisas que eu nunca vi, nunca ouvi falar, então não é fácil. O bom é que esse projeto não é competitivo, é participativo, então eu consigo ganhar uma boa pontuação pela minha participação, eu costumo frequentar, estou sempre me comunicando, perguntando, eu pergunto muito na sala de aula [...]”(aluno 2).

Todos os alunos acreditam que terão melhores oportunidades de emprego com a conclusão do curso. Nenhum deles apontou a alternativa “não”, e apenas um apontou “talvez”. Na questão aberta, “O que mudou em sua vida com o Projovem”, todos citaram mudanças, especialmente em sua maneira de ver o mundo:

Tudo mudou, passei a ter outra visão das coisas. Eles me fizeram acreditar que sou capaz de fazer coisas que nem eu mesma acreditava.

Mudou o meu temperamento. Hoje eu penso mais antes de agir.

Aprendi a ser mais tolerante. Mudou no conhecimento e nas oportunidades.

Tudo! Hoje minha vida não é a mesma, pois sou reconhecida junto à sociedade.

Mudou a visão. Antes era tudo muito sem ânimo.

A vontade de lutar e conquistar algo.

Consegui meu primeiro emprego.

Mudou para melhor, porque já estava desistindo de mim mesma e o Projovem me mostrou oportunidades para eu seguir em frente.

Tudo, porque pensei que não seria capaz de voltar a estudar. E descobri isso aqui, com o Projovem.

Uma folha de sulfite inteira não seria suficiente para responder.

Nos depoimentos dos alunos, essa “mudança” se mostra no entusiasmo deles para com o próprio desempenho, que, de certa forma os surpreendeu, pois não acreditavam em si mesmos. Mostra também os seus sonhos:

[...] a finalidade do Projovem não é parar por aqui, mas abrir uma visão para que a pessoa tenha interesse de ir mais além, então, isso foi abrindo a minha mente, foi dando encorajamento para ir mais à frente, mais além, fazer inscrição para o Médio e quem sabe até uma faculdade. Eu achava que uma faculdade era um grau muito elevado para o meu pensamento. Hoje eu acredito que não é bem assim. Eu posso sim fazer uma faculdade, depende se esse desejo que está dentro de mim permanecer assim.[...] Se eu tiver o privilégio de cursar uma faculdade, vai ser Direito, eu acho muito legal!(aluno 2).

As transformações que o Programa pode fazer na perspectiva diante da vida e na autoestima do aluno foram apontadas também pelo assistente pedagógico, “porque se você fala com qualquer um dos alunos que permaneceu no programa, vai ouvir: - O Projovem mudou a minha vida! Então, o projeto consegue entrar lá dentro, olhar o aluno com os olhos que os percebe como pessoas”.

A mudança de gestão municipal não trouxe prejuízo ao Programa, como aconteceu em muitos municípios. Apesar do Prefeito e Secretário não serem tão presentes quanto os dirigentes na gestão anterior, foram apontadas algumas novas conquistas, como o vale transporte, o que, de certa forma, alimentam a esperança de melhorias.

4.6 Sugestões para o PROJOVEM analisado

Algumas mudanças para melhorar a logística do Programa, já estão sendo realizadas, ou estão em estudo por parte dos responsáveis. Uma delas diz respeito ao funcionamento em várias escolas. A centralização em uma escola só seria mais adequada, porém, exige mobilização de recursos, principalmente se considerarmos que

muitas crianças acompanham seus pais. Seria mais interessante também para os professores que teriam oportunidade de estar junto com os colegas sempre,

A centralização resolveria também a questão de se ter muitas salas de acolhimento e, conseqüentemente, a necessidade de pessoas para realizar o atendimento das crianças.

Além disso, seria mais fácil envolver o diretor da escola. Atualmente, o diretor da escola municipal tem uma participação muito pequena no funcionamento do Programa, que acontece no período noturno, na escola que ele dirige. Ele apenas disponibiliza o espaço e os recursos desse espaço. Algumas vezes, nem isso, como aconteceu com a escola que agora foi substituída.

O assistente pedagógico afirma: “[...] Nós temos o diretor da escola, mas é como se fosse um diretor fantasma, porque o diretor não atua da forma que deveria atuar. Então, acaba a gente se responsabilizando por tudo”. Segundo ele, o diretor da escola é cadastrado como diretor do núcleo, “só que ele não atua, ele cumpre a carga horária dele durante o dia e à noite o responsável é o assistente pedagógico, então, sou responsável pela escola, pelos alunos, não tenho parceria com a diretora [...]”.

Poderia ser estudado algum tipo de incentivo para que a participação do diretor da escola fosse mais ativa. Certamente, haveria ganhos inestimáveis com essa parceria, favorecendo uma maior integração com o Sistema Municipal.

Isso poderia despertar a “troca pedagógica” do Projovem para a Rede Municipal, inicialmente cogitada, mas esquecida com o tempo. O currículo integrado, que propõe articulação entre as disciplinas, o uso de temas integradores presentes em todas elas com enfoques específicos, a preocupação e realização de trabalhos comunitários, são ações interessantes para todos, não apenas para os adultos.

Uma mudança que aconteceu com a nova gestão no município foi a participação do próprio assistente pedagógico nas formações oferecidas pelo MEC. Como são dois formadores, é imprescindível que um deles seja o assistente, pois isso confere uma visão mais ampla do programa e favorece o intercâmbio entre os municípios, essencial para o crescimento da qualidade do atendimento realizado pela gestão local do Programa.

A criação de parcerias com empresas locais privadas ou públicas, para dar aos alunos do Projovem a possibilidade de estágio remunerado ou trabalho seria interessante considerando-se vários aspectos. Inicialmente, por abrir canais diretos de melhoria das condições de vida para os jovens participantes.

Além disso, o estudo poderia ser visto com maior confiança, principalmente pelos alunos que não se comprometem, uma vez que a oportunidade seria oferecida para aqueles que levam o estudo a sério, afinal, nenhum empregador aceita funcionários irresponsáveis. A compensação ao esforço de cada um poderia acontecer no âmbito do próprio projeto.

Outra sugestão, oferecida pelo assistente pedagógico é a existência de períodos de férias. Dessa forma, a duração do Programa que é de 18 meses, seria ampliada um pouco mais, para incluir o tempo de descanso. Porém, isso não pode ser resolvido na esfera local.

A criação de um Conselho de Juventude no município seria de grande valia para o Projovem Urbano Itapetininga. Com isso, haveria maior interesse em conduzir pesquisas, possivelmente em parceria com Universidades, para conhecer melhor a população jovem da cidade e também dos municípios menores vizinhos. Com isso, seria mais fácil a divulgação do Programa, diretamente para os interessados: os jovens do município.

Melhorar a divulgação do Programa é essencial para que sua abrangência seja ampliada. Aliás, essa questão do desconhecimento da população em relação às políticas públicas acontece de maneira generalizada no país (ABRAMO, 1997). Com relação ao Projovem em Itapetininga, podemos considerar que acontece da mesma forma.

De acordo com o assistente pedagógico, “apesar de já termos passado o primeiro ano, quase formando a primeira turma, ainda é novo, muita gente não conhece, não sabe o que é. Então, a divulgação precisa ser melhorada, temos que preparar os nossos jovens para participar”. E ele complementa: “Muitos, ainda temos que ir buscar na casa, quase fazer uma inscrição intimada, para que ele venha. Mas acho que o nosso município pode atingir números bons”.

“Attingir números bons”... Esta, na maior parte das vezes, é a meta das políticas públicas no Brasil. Resultados positivos para apresentar aos organismos internacionais,

não importa a qualidade das ações, não importa a qualidade do ensino, não importa se o aluno aprendeu. O que importa é atestar que “todas as crianças brasileiras estão na escola”, que “todos os jovens brasileiros concluíram o ensino fundamental”, “que ninguém passa fome no Brasil”, enfim, nenhum governo quer “passar vergonha” lá fora!

Ainda é necessária a conscientização de que os números por si sós pouco falam, e que quantidade só é atingida de fato, quando acompanhada da qualidade. Cabe aos executores desses Programas, a tarefa de cuidar dessa qualidade, e ao público, especialmente os que se beneficiam diretamente com as ações, a incumbência de cobrar a boa qualidade do serviço prestado.

Por meio desta pesquisa, se pode observar que o município de Itapetininga está no caminho certo. Conseguiu estruturar sua ação de maneira a executar o Programa Projovem Urbano com competência e dedicação, e já consegue resultados positivos, se comparados a outros municípios.

Entretanto, a questão da evasão ainda é preocupante no município, assim como em todo território nacional. As dificuldades que o público-alvo desta política enfrenta, de certa forma foge ao alcance do Programa. Embora os executores no município venham tentando amenizar essas dificuldades, ainda há muito a ser feito, mas há boas perspectivas de que as condições melhorem cada vez mais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A realização desta monografia partiu da seguinte indagação: Por que as políticas públicas voltadas para Juventude socialmente excluída não conseguem atingir seu público-alvo de forma ampla?

Para respondê-la, foi traçado um objetivo geral: Estudar o desenvolvimento do Programa Projovem Urbano em Itapetininga (SP). Esse estudo demandou o estabelecimento de objetivos mais específicos, que, de certa forma, proporcionaram a divisão da pesquisa em tópicos e organizaram a execução do trabalho.

A juventude brasileira representa 51 milhões de pessoas, mais de 25% do total populacional do país, e entra para a agenda das políticas públicas principalmente a partir de 2005, com a implementação da Política Nacional de Juventude. Compreende a faixa etária de 15 a 29 anos, dividida em três subfaixas (15-17; 18-24; 25-29 anos), e apresenta-se diversa e entremeada por desigualdades.

Compreender essas diferentes realidades e as vulnerabilidades a que está sujeita uma grande parcela desses jovens é fundamental para o desenho das políticas destinadas a essa geração. Cada vez mais, essas ações governamentais estão apoiadas em pesquisas, que traçam o diagnóstico das principais carências.

No Capítulo 2 foram analisados vários documentos oficiais, especialmente aqueles elaborados pelo CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), enumerados na Introdução desta monografia, e a partir deles, foi feito um levantamento das principais ações governamentais para a faixa etária.

As pesquisas oficiais mostraram que uma das necessidades primeiras é a recuperação educacional de jovens de baixa renda, aliadas à formação profissional, para que eles consigam inserir-se no mercado de trabalho de maneira decente.

Uma dessas políticas é o Projovem, que combina esses elementos, elevação de escolaridade e qualificação profissional à ação comunitária, o que lhe confere um caráter inovador. Foi estudado aqui de forma mais detalhada, uma vez que apresenta um sistema de avaliação bem estruturado, que facilita a obtenção de informações e oferece dados para serem comparados aos obtidos na pesquisa de campo, realizada aqui no município.

Além do Projovem, o levantamento apontou o *Programa Proeja*, que visa aliar formação técnica à formação básica; o *Programa Escola Aberta*, que visa aumentar a comunicação entre escola e comunidade; *Programas Prouni e Reuni*, voltados à democratização do ensino superior; *Programa Segundo Tempo*, esporte como instrumento de inclusão social; *Programa Cultura Viva*, que visa disseminar pontos de cultura; *Programa Juventude e meio-ambiente*, que pretende formar lideranças juvenis para trabalhar com a questão; *Programa Pronaf Jovem*, cuja meta é financiar atividades produtivas de jovens agricultores e suas famílias, para citar apenas alguns.

Vale ainda destacar a iniciativa da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), incluindo no Plano Plurianual 2012-2015, metas e dotações orçamentárias exclusivamente dirigidas ao público jovem, como o *Plano Juventude Viva*, Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra; a *Estação Juventude*, para ampliação do acesso de jovens às políticas, programas e ações e o *Participatório*, Observatório Participativo da Juventude, que é um espaço virtual interativo para produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira.

O Capítulo 3 e 4, dizem respeito às condições e bases de funcionamento do Projovem Urbano em Itapetininga, desde a sua implantação em 2012. O estudo deste caso fez uso de ferramentas como entrevistas e questionários, que foram aplicados à coordenação, aos professores e aos alunos. Pretendeu-se com isso conhecer a realidade dos jovens que participam do Programa no município, conhecer o funcionamento local do Programa, suas especificidades e dificuldades.

A metodologia empregada foi adequada para se ter um visão panorâmica do assunto, sob os mais diversos ângulos e pontos de vista, o que permitiu sugerir melhorias para o Programa em Itapetininga.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional no Brasil é a evasão escolar, motivo que desencadeia muitas das políticas para a juventude no País. Suas causas são semelhantes também no Projovem Urbano e, conseqüentemente, no Projovem Urbano em Itapetininga: a maternidade precoce; necessidade de sustentar a família e para isso ingressar cedo no mercado de trabalho; violência; uso de drogas ou álcool.

Aqui em Itapetininga, os motivos apontados para o abandono da escola na idade certa, pelos alunos do Projovem, também coincidem com os motivos apontados nas pesquisas nacionais, sendo os motivos pessoais e de trabalho os mais citados. Quanto à

evasão do Programa, acredita-se que o atraso inicial no pagamento da bolsa e em menor escala, o atraso no recebimento do material didático, estão entre as causas mais apontadas, e dizem respeito à gestão federal.

A vulnerabilidade do público atendido justifica a maioria das desistências, dadas as dificuldades pessoais enfrentadas por esses jovens.

A gestão do Programa no município mostrou-se eficiente e atenta a todos esses problemas, de certa forma já esperados. Oferece boas condições para o desenvolvimento do programa, com salas de informática, salas de acolhimento e excelente quadro docente e administrativo.

A execução do Programa na ponta, responsabilidade dos municípios pode influenciar na melhoria dos índices de evasão. Em Itapetininga, se os prognósticos se confirmarem e cerca de 50 jovens concluírem o curso que termina no final do ano, representam 25% do total dos estudantes que se matricularam (200). Se for considerado o fato de que apenas 160 deles iniciou o curso, essa taxa sobe para 31%, o que coloca o município numa situação privilegiada se comparado a outras localidades.

Várias mudanças já foram introduzidas no Programa local, como vale transporte. Outras já estão sendo estudadas, como a mudança para duas escolas e não três, como acontece agora. Sugeriu-se a mudança para um único núcleo, como possibilidade de melhoria na logística.

A criação de um Conselho de Juventude também foi indicada como uma ação que pode favorecer o Projovem Itapetininga, na medida em que favorece o estudo da população jovem local e ajuda a direcionar de forma mais efetiva as ações voltadas para esse público.

Sugeriu-se também a parceria com segmentos da sociedade civil, empresas, órgãos públicos, e outros, para o oferecimento de oportunidades efetivas de estágio remunerado ou mesmo emprego, na área de formação aqui oferecida, ou seja, arco ocupacional em administração, para os alunos que apresentarem bom desempenho e participação no curso.

O Projovem Urbano Itapetininga mostrou-se especialmente eficaz no resgate da autoestima dos jovens que já estavam fora da sala de aula há bastante tempo, e não se viam mais capazes de evoluir. Mostrou a eles que existem outros caminhos, e que com dedicação, força e respeito eles podem conquistar uma vida melhor. Representa,

portanto, um Programa de grande importância social, que pode colaborar cada vez mais com o desenvolvimento municipal.

Espera-se com esta pesquisa ter contribuído não apenas para a discussão do tema “Políticas Públicas para a Juventude”, mas também, ter acrescentado algumas sugestões para a melhoria do Programa em Itapetininga.

A partir dos resultados encontrados abre-se o leque para novas indagações e novas pesquisas, principalmente porque a turma pioneira conclui o curso em 16 de dezembro. Será que conseguirão melhores oportunidades de trabalho, com a conclusão do Fundamental? Quantos deles continuarão os estudos?

Uma nova turma acaba de iniciar o Curso, e há previsão de ampliar a matrícula para os municípios vizinhos. Será que a evasão será menor, agora que já há experiência por parte daqueles que executam o Programa? Os alunos desistentes ou evadidos gostariam de retornar ao Programa? A melhoria na divulgação pode trazer mais jovens para o curso? Como está Itapetininga em comparação com outros municípios?

Estas são apenas algumas das perguntas que poderiam desencadear novos estudos, uma vez que o tema é muito amplo e possibilita inúmeras abordagens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. N ° 5 /6, 1997 Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_05_helena_wendel_abramo.pdf. Acesso em 2/agosto/2013.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G. **Por um novo paradigma do fazer políticas: de/para/com juventudes.** Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF. Acesso em 4/agosto/2013.
- ATLAS do Desenvolvimento no Brasil 2013. PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> .Acesso em 5/outubro/2013.
- BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey.** Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 2/agosto/2013
- _____. **Lei N.º 12 852/2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em 7/setembro/2013.
- _____. Lei N.º 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 7/setembro/2013.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia das políticas públicas de juventude.** Brasília: SNJ, 2010. 24 p. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/guia/guia-de-politicas-publicas-de-juventude-1>. Acesso em 2/outubro/2013.
- _____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Cartilha das políticas públicas de juventude 2013. Brasília : SNJ, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>. Acesso em 2/10/13
- _____. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em 2/agosto/2013.
- _____. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. **Manual do Educador : Orientações Gerais,** 2012, Brasília, DF

- _____. Conferência Nacional de Juventude 1ª: Documento Base. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1aConf_TextoBase.pdf . Acesso em 2/agosto/2013.
- _____. **Reflexões sobre a política Nacional de Juventude.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/guiajuventude>. Acesso em 2/agosto/2013.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220 p. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_dec_ente_juventude_brasil_252.pdf. Acesso em 20/outubro/2013.
- DAYRELL, J. ; REIS, J. B. Por uma Sociologia da Juventude. Centro de Referência Virtual do Professor - SEE-MG, 2010. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD6965967-E284-4B3C-B005-A28EBBE3B35%7D_Sociologia%20da%20Juventude.pdf . Acesso em 6/outubro/2013.
- NOVAES, R. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas.** 2006. Disponível em <http://portalyah.com/facj/files/2011/09/Juventude-e-Sociedade-Regina-Novaes.pdf>. Acesso em 2/agosto/2013.
- PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Jos%C3%A9%20Machado%20Pais%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%201990,%20n%C2%BA2.pdf>. Acesso em 2/agosto/2013.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas No Brasil.** Cidade, 2003. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em 1/setembro/2013.

Sítios consultados:

<http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria/view>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17462&Itemid=817

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/populacao_jovem.pdf

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>

<http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes- finais/propostas-finais>

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=352230>

<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>

<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/>

APÊNDICES

- A. Perguntas encaminhadas para a entrevista à coordenadora geral do Programa Projovem Urbano em Itapetininga, outubro, 2013. 73
- B. Perguntas encaminhadas para a entrevista ao Assistente Pedagógico do Projovem Urbano Itapetininga, outubro, 2013. 74
- C. Perguntas encaminhadas para a entrevista à Assistente Administrativa do Projovem Urbano Itapetininga, outubro, 2013. 75
- D. Questionário para os docentes do Programa Projovem Itapetininga. 76
- E. Questionário para os alunos do Programa Projovem Itapetininga. 79

**APÊNDICE A: Entrevista com a Coordenadora Geral do Programa Projovem
Itapetininga**

1. O Programa Projovem Itapetininga teve início em 2012. Como se deu o processo de implantação? Houve dificuldades para implantar o Programa?
2. Qual o arco ocupacional escolhido? Você considera que tenha sido uma boa escolha? Por que?
3. Qual o perfil do jovem que participa do programa? Há diferença de perfil do aluno entre as escolas? (sexo, idade, cor, nº de filhos, escolaridade, etc)
4. Existe algum problema com relação às escolas que participam do Programa? Elas possuem laboratório de informática?
5. O que você acha do trabalho dos educadores? Eles são os mesmos desde o início ou há mudanças frequentes? Eles trabalham de acordo com as diretrizes do programa ?
6. Com a mudança do Prefeito e de política na cidade, houve alguma alteração no funcionamento do Projeto?
7. Qual a sua opinião sobre o Programa Projovem. Você acha que o jovem que termina o curso tem condições (do ponto de vista pedagógico) de continuar seus estudos e acompanhar uma classe de alunos no Ensino Médio?
8. Você acredita que o aluno que finaliza o curso consegue ”melhorar de vida”? Ele está qualificado para o trabalho? Consegue uma remuneração adequada?
9. A primeira turma já terminou o curso? Quantos alunos começaram e quantos terminaram? Por que você acha que a evasão foi tão grande?
10. Em sua opinião, o que poderia ser feito para minimizar essa questão da evasão?
11. Quais as expectativas para o Programa na cidade nos próximos anos?

APÊNDICE B: Entrevista com o Assistente Pedagógico do Projovem Itapetininga

1. Você começou o trabalho com a primeira turma da cidade. Quais foram as maiores dificuldades encontradas no início? E agora?
2. O que você acha do trabalho dos educadores? Eles trabalham de acordo com as diretrizes do programa ?
3. Qual o perfil do jovem que participa do programa? Há diferença de perfil do aluno entre as escolas?
4. Com a mudança do Prefeito e de política na cidade, houve alguma alteração no funcionamento do Projeto?
5. Qual a sua opinião sobre o Programa Projovem? O que acha do Projeto Político Integrado? Na prática, funciona?
6. Como os jovens têm se saído nas avaliações?
7. E o trabalho comunitário, alcançou bons resultados?
8. Você acha que o jovem que termina o curso tem condições (do ponto de vista pedagógico) de continuar seus estudos e acompanhar uma classe de alunos no Ensino Médio?
9. A primeira turma já terminou o curso.? Quantos alunos começaram e quantos terminaram? Por que você acha que a evasão foi tão grande?
10. Em sua opinião, o que poderia ser feito para minimizar a questão da evasão?
11. Quais as suas expectativas com relação ao Programa na cidade no próximo ano?

**APÊNDICE C: Entrevista com a Assistente Administrativo do Projovem
Itapetininga**

1. Você começou o trabalho junto com o início do programa. Quais as dificuldades que encontrou no início. E agora?
2. Como é a sua rotina de trabalho? A organização externa do Programa ajuda? De que maneira?
3. Você recebeu algum tipo de formação do programa? Qual?
4. Como acontecem os repasses do auxílio para os alunos? Atrasa?
5. Você fica sempre nesta escola, ou há mudanças durante a semana?
6. Como é o seu relacionamento com os alunos? Eles costumam procurá-la para algum esclarecimento?
7. Trace um perfil dos estudantes.
8. Quantos alunos se matricularam, quantos frequentaram a princípio e quantos vão terminar?
9. E a turma nova, quantos são?
10. Você acha que a evasão é maior entre a faixa etária mais nova?
11. Quais as suas perspectivas para o Programa em Itapetininga nos próximos anos?

Apêndice D: Questionário para os docentes do Programa

1. Qual a disciplina que leciona?

- () Língua Portuguesa
 () Língua Inglesa
 () Matemática
 () Ciências Sociais
 () Ciências Naturais
 () Qualificação Profissional
 () Participação Cidadã

2. Em que faixa etária você se situa ?

- () De 20 a 29 anos
 () De 30 a 39 anos
 () De 40 a 49 anos
 () De 50 a 59 anos
 () Outra Qual? _____

3. Qual o seu tempo de experiência como professor?

- () Até 1 ano
 () De 1 a 5 anos
 () De 5 a 10 anos
 () De 10 a 20 anos
 () Outra Qual? _____

4. Qual a sua opinião sobre o Programa Projovem Urbano, considerando-se:

- | O conjunto | Coordenação local | Currículo | Duração |
|---------------|-------------------|---------------|---------------|
| () Muito Bom | () Muito Bom | () Muito Bom | () Muito Bom |
| () Bom | () Bom | () Bom | () Bom |
| () Regular | () Regular | () Regular | () Regular |
| () Ruim | () Ruim | () Ruim | () Ruim |

5. Com relação às instalações e condições de funcionamento:

Escola 1 (nome)

- | Salas de Aula | Laborat. Informática | Refeitório | Salas de Acolhimento |
|---------------|----------------------|---------------|----------------------|
| () Muito Bom | () Muito Bom | () Muito Bom | () Muito Bom |
| () Bom | () Bom | () Bom | () Bom |
| () Regular | () Regular | () Regular | () Regular |
| () Ruim | () Ruim | () Ruim | () Ruim |

Escola 2

Salas de Aula	Laborat. Informática	Refeitório	Salas de Acolhimento
<input type="checkbox"/> Muito Bom			
<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Bom
<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Regular
<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Ruim

Escola 3

Salas de Aula	Laborat. Informática	Refeitório	Salas de Acolhimento
<input type="checkbox"/> Muito Bom			
<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Bom
<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Regular
<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Ruim

6. Qual a porcentagem de alunos que consegue acompanhar sua disciplina?

- Menos de 10%
- Entre 10% e 30%
- Entre 30% e 50%
- Entre 60% e 80%
- Mais de 80%

7. Qual a porcentagem de alunos que realiza os trabalhos pedagógicos solicitados?

- Menos de 10%
- Entre 10% e 30%
- Entre 30% e 50%
- Entre 60% e 80%
- Mais de 80%

8. Em média, qual o tempo que o aluno evadido permanece no programa?

- No máximo uma semana
- No máximo 1 mês
- Entre 1 e 3 meses
- Até 6 meses
- Não há um padrão

9. De modo geral, como você classifica o seu relacionamento com os alunos?

- Muito Bom
- Bom
- Regular
- Ruim

10. As diferenças de escolaridade entre os alunos dificulta o aprendizado. É possível superar ? Como?

11. Indique quais são os pontos positivos e negativos do trabalho docente no Projovem Urbano.

12. Trace um perfil do aluno atendido pelo Programa Projovem Itapetininga

13. Acrescente comentários, caso ache necessário especificar os itens pesquisados, ou outros.

Apêndice E**Questionário para alunos do Projovem/2013 - Itapetininga**

1. Idade:

2. Sexo:

3. Cor:

4. Escola:

5. Filhos: () nenhum () um () dois () três () quatro ou mais

6. Quantas pessoas residem em sua casa, além de você

() 1 pessoa

() 2 pessoas

() 3 pessoas

() 4 pessoas

() 5 pessoas

() 6 pessoas

() Outro Quantas pessoas? _____

7. Quantos cômodos tem a casa em que você mora?

() 1 cômodo

() 2 cômodos

() 3 cômodos

() 4 cômodos

() 5 cômodos ou mais

8. Qual foi a última série da escola que você completou?

() 1ª série

() 2ª série

() 3ª série

() 4ª série

() 5ª série

() 6ª série

() 7ª série

() 8ª série

9. Por que você abandonou os estudos?

() Precisava trabalhar

() Não gostava da escola

() Tinha dificuldade para acompanhar

() Não gosto de estudar

() Outro Qual? _____

10. Seus filhos frequentam a sala de acolhimento do projeto?

